



Universidade Federal  
de Campina Grande



CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES  
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

JOSEFA JUSSARA ASSIS FERNANDES

**O IMPACTO DA DISCRIMINAÇÃO RACIAL NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE  
NEGRAINFANTIL NA CIDADE DE CAJAZEIRAS**

CAJAZEIRAS-PB  
2016

JOSEFA JUSSARA ASSIS FERNANDES

**O IMPACTO DA DISCRIMINAÇÃO RACIAL NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE  
NEGRA INFANTIL NA CIDADE DE CAJAZEIRAS**

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura Plena em Pedagogia do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia

CAJAZEIRAS-PB  
2016

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)  
Denize Santos Saraiva - Bibliotecária CRB/15-1096  
Cajazeiras - Paraíba

F363i Fernandes, Josefa Jussara Assis  
O impacto da discriminação racial na construção da identidade negra infantil na cidade de Cajazeiras - PB / Josefa Jussara Assis Fernandes. - Cajazeiras, 2016.  
60f.: il.  
Bibliografia.

Orientadora: Profa. Dra. Risomar Alves dos Santos.  
Monografia (Licenciatura em Pedagogia) UFCG/CFP, 2016.

1. Educação infantil. 2. Discriminação racial. 3. Preconceito – impactos. 4. Identidade cultural. 5. Formação de professores. I. Santos, Risomar Alves dos. II. Universidade Federal de Campina Grande. III. Centro de Formação de Professores. IV. Título.

UFCG/CFP/BS

CDU - 373.2

JOSEFA JUSSARA ASSIS FERNANDES

Aprovado em: 19 de Maio de 2016

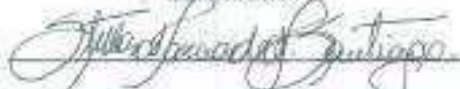
Banca Examinadora



Prof.ª Dra. Risomar Alves Dos Santos

Orientadora

Examinador 1



Prof.ª Ms. Stella Márcis de Moraes Santiago

Examinador 2



Prof.ª Dra. Cristina Novikoff



A humanidade ao longo do seu processo histórico sempre julgou os indivíduos por sua aparência, por sua posição social, econômica, crenças e outras formas de discriminação e preconceito. O universo não nos fez assim, mas em nossa trajetória acabamos adquirindo hábitos e sentimentos de futilidades, de inveja e de elacividade. E, ainda assim, o grande Mestre do Universo, o Ser Supremo que nos Fez a sua semelhança, está sempre em sua infinita misericórdia nos salvando do pecado e de nossa própria ganância, nos proporcionando o maior bem que poderíamos galgar, a Vida e o amor pelo nosso próximo. Assim, dedico este trabalho à Deus e, também a todos aqueles vítimas da impiedosa exploração humana e, em especial aos nossos Afro-brasileiros por tudo o que fizeram, construíram e nos doaram. **DEDICO.**

## AGRADECIMENTOS

Agradecimentos especiais a:

Ao senhor Deus, por sua bondade me fez capaz de escrever o trabalho de conclusão de curso, dando-me força e sabedoria para compreender as teorias estudadas para e escrita desse trabalho.

A Elzenir Assis Fernandes, minha mãe, que sempre me incentivou a continuar a graduação, me fazendo perceber o quanto seria importante a formação em minha vida.

José Fernandes Pequeno, meu pai, que sempre me incentivou, me ensinou valores e esteve do meu lado contribuindo efetivamente na minha caminhada acadêmica.

Meus irmãos e irmãs, Erocilma, Cleudimar, Aparecida, Edberte, Eritânia, José e Suênia pelo entusiasmo, amizade e pelo apoio nessa jornada.

A minha filha Laiza Fernandes, presente de Deus, que me fortaleceu nessa caminhada.

A extrema gratidão à prof<sup>a</sup> Dra. Risomar Alves dos Santos pela orientação do Trabalho de Conclusão do Curso, pela paciência enquanto orientadora, ética e profissionalismo no acompanhamento metodológico para a produção e conclusão desse trabalho.

A banca examinadora pela disponibilidade de avaliar esse trabalho.

A meus amigos Maria Girlenyr Roberto, e Jandilson de Sousa Oliveira, pela amizade, presteza, companheirismo e entusiasmo durante toda caminhada acadêmica.

## **Ninguém nasce odiando outra pessoa**

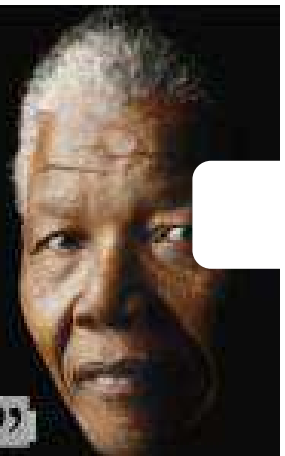
por causa da cor de sua pele, ou de suas origens, ou de sua religião.

As pessoas são ensinadas a odiar, e se são ensinadas assim, elas podem aprender a amar, porque o amor chega mais naturalmente ao coração do homem que o seu oposto.

**NELSON MANDELA**

frases.com.br

”



## RESUMO

A discriminação tem acontecido das mais variadas formas, não escolhendo as vítimas nem onde acontecem. Todavia, a discriminação racial tem afetado de forma corrosiva os espaços escolares, ambientes no qual se espera construir a identidade cultural e social de cada indivíduo, os tornando cidadãos crítico-reflexivos e conscientes do seu papel na formação da sociedade. É em face desta discriminação racial que tem ocorrido no contexto escolar, trazendo inúmeros impactos a construção da identidade das crianças. O presente estudo teve como objetivo geral compreender o impacto do preconceito racial na construção da identidade negra infantil, visando criar condições necessárias para o enfrentamento do racismo e da discriminação no convívio relacional dos educandos. Já os objetivos específicos consistiram em identificar na literatura vigente o impacto causado à criança ao sofrer discriminação racial em seu processo de formação da identidade infantil; mapear as estratégias pedagógicas acerca da lei 10.639/03 na educação infantil; discutir o papel da família e da escola na formação da identidade pessoal e social da criança afrodescendente. Para alcançar esses objetivos, adotou-se como metodologia um estudo de campo, realizado através da aplicação de um questionário semi estruturado com cinco professoras da Educação Infantil, de uma escola do sistema municipal de ensino da cidade de Cajazeiras-PB, de modo a dar suporte as discussões em torno desta temática. Os resultados apontaram que a não formação dos professores, bem como o seu próprio desconhecimento da questão étnica tem dificultado o trabalho em torno das discussões inerentes as relações raciais. Outro fator que também foi levado em consideração pela pesquisa foi que a escola tem tratado desta questão de forma fragmentada, uma vez que o assunto só tem maior atenção quando em datas comemorativas, como no caso do dia da consciência negra. Já em relação aos conteúdos, ainda existe certa discrepância quanto a colocar em pauta tal temática, haja vista a falta de formação e não compromisso de alguns professores para lidarem com conteúdos ligados ao aspecto racial.

**Palavras-Chave:** Educação Infantil. Discriminação racial. Formação de professor. Identidade cultural.



## Sumário

INTRODUÇÃO .....	9
1. CONSTRUÇÃO SOCIAL E CULTURAL DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO CONTEXTO EDUCACIONAL BRASILEIRO.....	12
1.1 EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICORACIAIS E DA CULTURA AFROBRASILEIRA .....	12
1.2 AS ATRIBUIÇÕES DA LEI N.º 10.639/2003 NO PROCESSO EDUCACIONAL .....	13
2. A DISCRIMINAÇÃO RACIAL E SEU EFEITO NA FORMAÇÃO EDUCACIONAL DAS CRIANÇAS BRASILEIRAS EM RAZÃO DA DIVERSIDADE ÉTNICA.....	23
2.1 O PAPEL DA ESCOLA NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DO ALUNO NEGRO .....	24
2.2 AÇÕES RACIAIS DISCRIMINATÓRIAS NO AMBIENTE ESCOLAR E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA NEGRA .....	29
3. O OLHAR DAS EDUCADORAS EM RELAÇÃO A DISCRIMINAÇÃO RACIAL E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DA CRIANÇA NEGRA .....	38
4. CONSIDERAÇÕES .....	53
REFERÊNCIAS.....	56
APÊNDICE .....	60

## INTRODUÇÃO

Discussões em torno da discriminação racial em todo o mundo tem sido inúmeras e no Brasil tem tomado proporções significativas, a partir do momento em que tem se buscado mecanismos para minimizar os impactos sofridos pelas vítimas do preconceito e da discriminação, ligados a fatores étnicorraciais que tem atingindo especialmente a população afrodescendente.

Esta discriminação tem acontecido das mais variadas formas, não escolhendo as vítimas nem onde acontece. Todavia, a discriminação racial tem afetado de forma corrosiva os espaços escolares, ambientes nos quais se espera ajudar a construir a identidade cultural e social de cada indivíduo, os tornando cidadãos críticos e conscientes do seu papel na sociedade.

O preconceito racial ainda é um aspecto a ser enfrentado em toda a sociedade. O espaço educativo não deve ficar ausente de tratar essa problemática. Por esse motivo, esse estudo vislumbra discutir acerca do processo de construção da identidade negra infantil e dos impactos que a discriminação racial pode causar na vida social e psíquica do indivíduo.

Vivemos em um país caracterizado pela diversidade étnica, marcado pelo domínio de uma raça em relação à outra, em que mesmo após a escravidão ainda é notório o enraizamento da discriminação racial, perceptível na forma como alguns se sentem superior e outros são tidos como inferior, por serem diferenciados pelo tom da pele. Assim sendo, o negro por muito tempo foi excluído do direito a educação, viveu um período de dominação de uma classe que defendia uma “suposta” democracia racial.

A nossa percepção, por ocasião dos estágios supervisionados, no que concerne a discriminação racial que muitas crianças vem sofrendo no ambiente escolar pelos colegas e, até mesmo pelos educadores, bem como, a falta de preparação dos educadores em lidar com essa problemática, foi o que nos impulsionou o interesse em discorrer acerca do impacto causado pela discriminação racial na construção da identidade da criança negra, no ambiente escolar.

Diante dessa percepção e inquietações frente a problemática da discriminação racial nos leva aos seguintes questionamentos e reflexões: Qual o

tratamento que a criança negra está recebendo no ambiente escolar e como está sendo construída a sua identidade nos dias atuais?

Sabemos que a identidade da criança é construída por aspectos internos e externos ao seu convívio familiar e que uma vez abalada a criança pode autonegar-se ou identificar-se com o seu grupo. Por estes motivos também, a educação torna-se fundamental na construção da identidade infantil, pois auxiliará a criança a assumir uma postura diante das questões de discriminação e preconceito.

É nessa perspectiva que se faz necessário um corpo docente capaz de fornecer informações precisas e ampliar os conhecimentos dos alunos, conscientizando a todos da responsabilidade social e cidadã que tem na construção de sua identidade aspecto importante para o processo de constituição do sujeito.

Diante disso, os educadores têm o desafio de formar de modo contextualizado e consciente usando práticas que estimulem o respeito, uma vez que vivemos em um país multicultural e desigual, favorecendo assim o surgimento de uma sociedade mais justa. Daí percebe-se a importância de pesquisar sobre a construção da identidade negra infantil.

Neste contexto, traçamos como objetivo geral compreender o impacto do preconceito racial na construção da identidade negra infantil, visando criar condições necessárias para o enfrentamento do racismo e da discriminação no convívio relacional dos educandos. Já os objetivos específicos consistem em identificar na literatura vigente o impacto causado a criança ao sofrer discriminação racial em seu processo de formação da identidade infantil; mapear estratégias pedagógicas acerca da lei 10.639 na Educação Infantil; discutir o papel da família e da escola na formação da identidade pessoal e social da criança negra.

A fim de alcançar os objetivos propostos, adotou-se como metodologia um estudo bibliográfico, e um estudo de campo para qual foi utilizado um questionário semi-estruturado aplicado a cinco professoras da Educação Infantil de uma escola do sistema municipal de ensino da cidade de Cajazeiras-PB, de modo a dar suporte as discussões em torno da temática.

O presente trabalho está organizado em três capítulos, sendo dois teóricos e um de análise. No primeiro capítulo, aborda-se a construção social e cultural das relações étnicorraciais no contexto educacional. Este capítulo subdivide-se em dois tópicos: educação das relações étnicorraciais e da cultura afrobrasileira e atribuições da Lei n.º 10.639/2003 no processo educacional.

O segundo capítulo discorrer acerca da discriminação racial e seu efeito na formação educacional da população negra. Este capítulo também está subdividido em dois tópicos: o papel da escola na construção da identidade do aluno negro e as ações raciais discriminatórias no ambiente escolar e suas consequências para o desenvolvimento da criança negra.

O capítulo terceiro traz as análises apresenta o olhar das educadoras em relação a discriminação racial e a construção da identidade da criança negro no âmbito escolar.

Finalizando o trabalho, apresentamos as considerações, discorrendo um olhar crítico e reflexivo da autora, bem como, sugestões em torno desta produção.

## **1. CONSTRUÇÃO SOCIAL E CULTURAL DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO CONTEXTO EDUCACIONAL BRASILEIRO**

A Educação das Relações Étnico-Raciais pressupõe a inclusão da história e cultura dos diferentes grupos étnicos e raciais no currículo escolar, com especial atenção ao contexto onde a escola está inserida e aos grupos historicamente estigmatizados. Neste sentido, asseverar que as ações e reivindicações em torno da promoção de uma educação que vislumbre contemplar a diversidade étnicorracial e cultural do povo brasileiro é algo que transcende a história da educação brasileira, uma vez que, desde o século passado os movimentos sociais, especialmente, o Movimento Negro brasileiro, vêm, de forma contínua, desenvolvendo ações estratégicas para que esta aconteça, e que, de fato, haja uma transformação no currículo escolar que prime pela história e cultura afrodescendente.

### **1.1 EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICORRACIAIS E DA CULTURA AFROBRASILEIRA**

A construção social forjada nas tensas relações entre brancos e negros é uma realidade que se vê a todo o momento e em qualquer ambiente, haja vista que o preconceito ainda é presente e enraizado na cultura brasileira. Assim, cabe esclarecer que o termo raça é utilizado com frequência nas relações sociais brasileiras, para informar características físicas, cor de pele, tipos de cabelo, entre outras situações.

Todavia, por ser o Brasil um país com uma diversidade enorme, ainda assim, convivem de maneira tensa as relações culturais entre o padrão estético negro africano e um padrão estético e cultural branco europeu.

Nesse sentido, a escola tem papel preponderante na Educação dessas relações raciais, mas não é única, pois esta deve começar primeiro em casa, no âmbito familiar onde a criança aprende diversas noções de cidadania, como afirma Lya Luft (2009, p. 22) “Educação é algo bem mais amplo do que escola. Começa em casa, onde precisam ser dadas as primeiras informações sobre o mundo, noções de postura e compostura, respeito, limites”.

A obrigatoriedade da inclusão da disciplina de História e Cultura Afrobrasileira nos currículos da Educação Básica busca, entre outros fatores, a valorização da identidade dos negros no Brasil, assim como, há uma tentativa de reparar os danos causados pela discriminação, pela escravização e pela cessação dos direitos desta população durante séculos. Não obstante, a relevância do estudo de temas decorrentes da história e cultura afrobrasileira não se restringe apenas a reconhecer direitos e valores desses povos, mas também, conscientizar toda população, independente de raça, que é preciso se educar para o respeito e reconhecimento da diversidade cultural e étnica.

Não obstante, ainda que por força de Lei, a inserção do ensino de História e Cultura Afrobrasileira nos currículos, não isola as preocupações de muitos estudiosos quanto aos impactos que a discriminação racial ocasiona na construção da identidade infantil no ambiente escolar, haja visto que não basta apenas incluir essa nova temática no currículo, mas fazer com que esta inclusão seja capaz de romper as barreiras da discriminação e do preconceito e promova significativas mudanças no tocante ao respeito às diversidades culturais e raciais.

## 1.2 AS ATRIBUIÇÕES DA LEI N.º 10.639/2003 NO PROCESSO EDUCACIONAL

A partir da promulgação da Lei 10.639/2003, o Conselho Nacional de Educação, aprova o Parecer CNE/CP 003/2004, em 10/03/2004, visando atender aos propósitos do CNE/CP 06/2002 e regulamentar as alterações à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – 9.394/06), estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o ensino da História e Cultura Afrobrasileira e Africana em toda Educação Básica (BRASIL, 2003).

Essas Diretrizes devem ser desenvolvidas por todas as instituições de ensino de todos os níveis, buscando atender o estabelecido na Constituição Federal nos seus Art. 5, I, Art. 210, Art. 206, I, § 1º do Art. 242, Art. 215 e Art. 216, bem como os artigos 26 A, 79 A e 79 B da LDB - 9.394/96, que torna obrigatório, tanto em estabelecimentos de ensino públicos, quanto privados, conhecimentos de história e cultura africana e afrobrasileira, no âmbito de todo território nacional.

O parecer procura oferecer uma resposta, na área da Educação, à demanda da população afrodescendente, no sentido de promover políticas de ações afirmativas, ou de reparações, reconhecimento e valorização de sua história, cultura, identidade. Trata-se de uma política curricular, fundada em dimensões históricas, sociais, antropológicas oriundas da realidade brasileira, e busca combater o racismo e as discriminações que, no Brasil, atingem particularmente os negros (BRASIL, 2004).

Ao instituir uma política de reparação e reconhecimento no âmbito educacional, implica garantir a negros e negras o ingresso e permanência na educação escolar; valorizar a história e cultura afrobrasileira; vislumbrar justiça e igualdade de direitos sociais, civis, culturais e econômicos. Valorizar a diversidade; discutir e problematizar as consequências nefastas da ideia de democracia racial na sociedade brasileira, apontar as implicações do racismo; questionar as relações étnicorraciais sustentadas por preconceitos e discriminações direcionados/as a negros e negras; significa desfazer folclorizações e estereotipações que refletem o racismo brasileiro. (BRASIL, 2004).

O principal objetivo das Diretrizes é assegurar (em todos os níveis educacionais) o reconhecimento e valorização da identidade negra, bem como o reconhecimento da pluralidade étnicorracial, na tentativa de identificar e superar as manifestações de racismo, preconceitos e discriminações e, conseqüentemente, produzir nas instituições educacionais uma nova relação entre os diferentes grupos raciais (BRASIL, 2004).

Contudo, sabemos que a existência de uma Lei não garante a sua aplicação, por isso, construindo estratégias para cumprir o que regulamenta a Lei 10.639/03 e as suas Diretrizes, o Ministério da Educação e Cultura (MEC), outros Ministérios e Secretarias, a exemplo da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), elaboram, em 2009, o Plano Nacional das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, convocando os governos municipais, estaduais e federal a se envolverem com a luta por uma educação antirracismo no Brasil, incluindo em suas agendas direcionamentos que garantam a implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais que regulamentam a Lei 10.639/03. Seu objetivo, segundo o Ministério da Educação (BRASIL, 2009, p. 22) é:

Colaborar para que todo o sistema de ensino e as instituições educacionais cumpram as determinações legais com vistas a enfrentar todas as formas de preconceito, racismo e discriminação para garantir o direito de aprender e a equidade educacional a fim de promover uma sociedade mais justa e igualitária.

O Plano recomenda, em linhas gerais, que a temática étnicorracial seja incluída no Projeto Político Pedagógico das escolas; em cursos de formação de professores/as; que sejam desenvolvidas pesquisas e materiais didáticos que contemplem a diversidade racial; que haja mudanças no currículo para incluir o ensino da história e cultura africana e afrobrasileira; dentre outras proposições.

Entretanto, é importante registrar que, quando se discute o enfrentamento da temática das relações étnicorraciais pelo currículo, as Diretrizes e o seu Plano Nacional não propõem a substituição do currículo existente, com um viés branco-europeu, por um currículo exclusivamente afrobrasileiro e africano. Isto seria negar a contribuição européia, a indígena e a asiática para a construção da história e cultura do país, o que seria cair em um processo de inversão estruturalista e não é essa a proposta (MOREIRA, 2007).

O currículo, assim como a cultura, é produzido no contexto das relações sociais; um currículo construído para atender as demandas que emergem com a Lei 10.639/03 deve ser pensado em contraponto com o currículo tradicional e basear-se na investigação histórica dos conhecimentos, preocupando-se com questões de saber, poder e identidade (SANTOS, 2000). Seguindo a indicação de Goodson (2005, p. 24),

Não há a intenção de impor uma prática idealizada do currículo, mas propomos um olhar não estruturalista, não opressor e não metafísico sobre ele, na tentativa de empreender modificação na sociedade. O currículo é um artefato sócio educacional e cultural que seleciona/regula os conhecimentos que devem ser compartilhados (currículo explícito), mas essas escolhas perpassam por conexões de saber, poder e identidade, extrapolam os limites dos conteúdos e atividades curriculares e interferem na configuração das sociedades; é, portanto, algo que tem reflexos para além dos limites do espaço físico escolar.

Por essa ótica, o currículo é perpassado por questões de saber, poder e identidade, pois, o tipo de conhecimento considerado importante no currículo varia,



segundo o tipo de sociedade que se quer construir. Logo, privilegiar alguns conhecimentos em detrimento de outros, escolher o que deve e o que não deve ser discutido, o que é e o que não é importante na história e cultura, é uma atitude que engloba relação de poder, que por sua vez engloba relações identitárias, uma vez que escolher, dentre várias possibilidades de identidades, apenas uma para ser modelo hegemônico e ideal, é uma demonstração clara de poder.

Assim, um currículo que desconsidera a multiplicidade identitária, e insiste em uma identidade hegemônica, transforma-se, conforme Macedo (2008, p. 15) num “dos artefatos educacionais dos mais iluministas, autoritários e excludentes”, que, perpassado por relações ideologicamente organizadas, funciona para manter e naturalizar relações sociais desiguais e hierarquizantes.

Em se tratando de currículo, não é difícil perceber que a dominação ideológica eurocêntrica ainda é presente nas instituições de ensino brasileiras, que durante longos anos manteve o comportamento de não problematizar as questões raciais, entendendo-as como identidades exóticas e folclóricas. Para Macedo (2008, p. 83)

A obrigatoriedade do estudo da história e cultura negra direciona o currículo a ser pensado na perspectiva crítica de empoderamento, exigindo que as formas de viver e “representar” dos grupos étnico-raciais excluídos venham à tona para subverter os discursos e práticas racistas, que querem silenciar negros e negras. Incluir as questões étnico-raciais no currículo é mais que reconhecer e celebrar as diferenças, é adotar um currículo que faz das demandas que emergem com a Lei 10.639/03, ferramentas para o enfrentamento das relações étnico-raciais.

Entretanto, para efetivar a criação e prática desse currículo, a referida Lei convoca toda a escola: professores/as, coordenadores/as, alunos/as, pais para um debate sobre as questões étnicorraciais, e propõe a realização da educação para as relações étnicorraciais. Uma educação que, estruturada no princípio da igualdade, rejeita todas as formas de preconceitos e posiciona-se politicamente contra todas e quaisquer discriminações (raciais ou não), caminhando para a construção de uma sociedade igualitária, sem exploração e sem dominação.

O comprometimento da escola com a Lei e suas Diretrizes, diz do compromisso social de praticar as reparações descritas nessas Diretrizes, pois se “Aquilo que está inscrito no currículo não é apenas informação – a organização do

conhecimento corporifica formas particulares de agir, sentir, falar, e “ver” o mundo e o “eu” (POPKEWITZ, 2004, p.174).

Nesse sentido, a Lei 10.639/03 veio ao encontro de reivindicações antigas da população negra e tenta corrigir a visão distorcida e preconceituosa sobre a história e cultura africana. Para Saviani (2006, p. 38)

O grau de importância dessa Lei para o Movimento Negro pode ser dimensionado pelo uso da expressão: “segunda abolição”, ao se referir a luta pela valorização das origens africanas que, de uma forma ou outra, alia-se ao desafio de criar meios para driblar a miséria e a exclusão social, deixados como legados pela escravidão.

A Constituição Federal de 1988 representou um importante marco, tanto no que diz respeito ao combate ao racismo, quanto nos aspectos do reconhecimento da pluralidade cultural brasileira para que, a partir dela, outros textos legais contemplassem o anseio da população negra no Brasil. As conquistas em cada estado da federação foram aquecendo mais e mais a luta antirracista e sua incorporação em documentos nacionais. O exemplo da LDB 9394/96, dos Parâmetros Curriculares Nacionais e da Lei 10.639/03, representam a nacionalização de conquistas, que já vinham acontecendo em vários estados e cidades do país, no contexto dos movimentos sociais (e com o movimento negro não foi diferente), Saviani (2006, p.46), afirma

Tem-se uma ação de caráter nacional, em defesa da democracia e de lutas por garantias de direitos por meio de um ideário igualitário, impondo-se cada vez mais fortemente a exigência de se modificar por inteiro o arcabouço da educação nacional, o que implicava a mudança da legislação em vigor.

O movimento social negro se deu conta de que o preconceito presente na sociedade também se produzia e reproduzia no sistema de ensino do país, os seus militantes começaram a incluir como pauta de reivindicação, junto ao Estado, no que diz respeito à educação, o estudo da História da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e a valorização das pessoas negras na formação da sociedade brasileira.

É a partir destas reivindicações que o ensino da História e Cultura Afrodescendente chega aos currículos do sistema educacional brasileiro, a fim de trazer esta história e cultura ao conhecimento de todos e, principalmente, visando demonstrar a importância destes para a construção da identidade do povo brasileiro em vários aspectos.

O empenho pela adequação dos currículos escolares no sentido de valorizar o papel do negro na história brasileira, ganha impulso com o ressurgimento desses movimentos em 1978. Contudo, somente 25 anos após essas lutas foi estituído a obrigatoriedade do estudo da História da África e dos Africanos consegue ser implantada. Diante disso, aponta Rocha (2006, p. 84): “uma hipótese seria o receio do envolvimento do movimento negro no debate de execução da política educacional do governo”.

Outra contribuição que a instituição do Ensino da História da África e da Cultura Afrobrasileira nas escolas pode oferecer é possibilitar a desmistificação da ideologia da igualdade racial brasileira, bem como viabilizar, por meio dos conhecimentos adquiridos, a concretização de posturas corretas e valorização da pluralidade étnicorracial. Nesse aspecto, vale conferir os parágrafos 1º e 2º do artigo 2º da Resolução nº 1 de 17/06/2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana, Brasil (2004, p. 35)

1º. A educação das Relações Étnico-Raciais tem por objetivo a divulgação e produção de conhecimentos, bem como de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial, tornando-os capazes de interagir e de negociar objetivos comuns que garantam, a todos, respeito aos direitos legais e valorização de identidade, na busca da consolidação da democracia brasileira.

2º. O Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana tem por objetivo o reconhecimento e valorização da identidade, história e cultura dos afro-brasileiros, bem como a garantia de reconhecimento e igualdade de valorização das raízes africanas da nação brasileira, ao lado das indígenas, europeias, asiáticas.

A herança da cultura africana, por constituir uma das matrizes fundamentais da cultura brasileira, deveria ocupar uma posição igual a europeia, árabe, judia, oriental. “Juntas, essas heranças constituem a memória coletiva do Brasil, uma

memória plural e não mestiça ou unitária”. Trata-se de uma violência cultural simbólica, que em nada perde da violência física a que foram submetidos os negros durante o período do cativo. Para Bourdieu e Passeron (1975, p. 69), “a violência simbólica representa o desprezo da cultura popular e a interiorização da expressão cultural de um grupo mais poderoso economicamente ou politicamente, que manipula o outro grupo”.

Desta forma, a Lei 10.639/2003, após 115 anos da abolição da escravidão, veio para corrigir injustiças que, segundo Santos (2009) não foram imputadas apenas aos negros, mas a todos nós brasileiros. Essa história esquecida ou deformada pertence a todos, sem discriminação de cor, sexo, gênero, etnia e religião. Para Munanga (2013, p. 24)

[...] A história que interessa aqui começou há 500 anos [...] Uma memória a ser cultivada e conservada através das memórias familiares e do sistema educacional, pois um povo sem memória é como um povo sem história. É justamente aqui que se coloca o problema, pois a herança cultural africana no Brasil nunca ocupou uma posição de igualdade com as outras no sistema de ensino nacional. Se o fosse, não teria nenhum sentido à lei 10.639, promulgada pelo atual presidente da República, 116 anos depois da abolição.

Ao realizar algumas reflexões a respeito do desenvolvimento de uma educação antirracista, Dias (2012, p. 21) relata acreditar na contribuição que a escola pode dar no sentido da construção de uma sociedade realmente, mais democrática e, para a autora, é nesse contexto que a Lei 10.639/03 marca a sua importância. Consciente do risco de ser tomada como demasiadamente otimista, afirma que a Lei “surge a partir da luta de algumas organizações que insistem em modificar a perspectiva de um estado que nega o racismo institucional para um estado que paulatinamente assume e opera para desconstruí-lo”.

Ao analisar o texto da Lei, Dias (2012, p. 39) evidencia a clareza e a concisão do mesmo quanto ao que objetiva, ou seja, “[...] torna obrigatório o Ensino da História e da Cultura Afro-Brasileira, o que no texto anterior era difuso e abrangia outras etnias, agora está focado”. Acerca da contribuição que a Lei pode oferecer ao sistema educacional, Pereira (2007, p. 51), de modo otimista, reflete que a introdução de elementos referentes à cultura afrodescendente nos currículos das escolas no Brasil

Tem um sentido político relevante, já que oferece aos docentes e discentes a oportunidade, por um lado, de pensar a realidade social brasileira a partir de sua diversidade cultural e, por outro, de realizar uma revisão crítica dos conteúdos até então considerados oficiais. Se levarmos em conta que o ensino e a aprendizagem se articulam como um processo, “é importante que os atores envolvidos nesse processo estejam atentos às mudanças dos valores culturais e à maneira como eles são transformados em modelos dominantes ou modelos rejeitados em determinada instância social”.

Em consonância com esta ideia, vale lembrar Meyer (2009), quando reflete em torno do currículo, caracterizando-o como espaço escolar de produção de fronteiras e posições sociais de raça e etnia.

A respeito da hegemonia de certos modelos culturais, Cunha Júnior (2012) denuncia, em um dos seus textos, a predominância, nas nossas escolas, de um único discurso, que há muito tempo tem permitido que a História do Brasil seja ensinada de modo totalmente eurocêntrico; por partir de uma visão de mundo do europeu e não combiná-la com outras matrizes de conhecimentos e experiências históricas. Para Cunha Júnior (2012, p. 13)

As bibliografias e textos desconhecem a participação de africanos e afrodescendentes na construção intelectual e material do país. Estes descuidos sistemáticos e propositais levam a uma sub-representação de parte da população na história nacional, produzindo a sistematização das dominações e opressões. A história não é coisa do passado a ser decorada, ela informa e forma quem somos nós no presente e quais os papéis que devemos desempenhar na sociedade atual.

Tais encaminhamentos, na visão do autor, produziram distorções históricas que acabaram por alimentar e difundir práticas inferiorizantes em relação aos negros no contexto social brasileiro e, portanto, no escolar. Nesse sentido, Cunha Júnior (2012, p. 18) advoga que “um caminho capaz de construir outro panorama da pluralidade étnico-cultural na prática educativa efetiva, que contemple todas as etnias que compõem a sociedade brasileira, passa obrigatoriamente pela re-significação das concepções sobre a África no pensamento escolar”.

Sobre a Lei 10.639/03, Pereira (2007) em seu artigo “*Uma Lei Áurea Pra Valer*”, avalia e trata de uma ação de inquestionável acerto. Todavia, de acordo com ele, um longo caminho há que se percorrer até o “cumpra-se”, uma vez que, “em

nosso país, contam-se nos dedos das mãos os professores habilitados a formar professores nesses conteúdos”. Assim, no entendimento de Rocha (2006, p. 113), se a Lei 10.639/03 for trabalhada segundo uma perspectiva de superação da ideologia das raças, poderá se constituir como:

Instrumento importante, no campo do currículo, para a explicitação das contradições presentes no sistema econômico do capital. Aliando o específico ao universal, na perspectiva de superação das bases constitutivas das desigualdades raciais e sociais. Assim posto, os conteúdos relacionados à cultura e à história da África e dos negros brasileiros poderão atuar no sentido de expor as lacunas e as idéias que fundamentaram a ideologia da dominação racial. Assim sendo, a Lei 10.639/03 pode constituir-se como uma ferramenta de luta contra-ideológica.

Os conteúdos relacionados à Cultura e à História da África levam-nos a algumas indagações: O que sabemos sobre a África? Como transmitir um conhecimento que não se conhece? São perguntas que, de acordo com Oliva (2003), foram geradas com a aprovação da Lei. Sob o alerta da necessidade de voltarmos o olhar para o continente africano, o autor, ao refletir em torno das perguntas por ele mesmo formuladas, entende que demorará um pouco até que consigamos respondê-las; no entanto, não há dúvidas de que ensinar a História do continente africano, ainda que não seja tarefa simples, é por demais necessário. Vejamos o que enuncia Oliva (2003, p. 456):

Fica evidente que ensinar a História da África, mesmo não sendo uma tarefa tão simples, é algo imperioso, urgente. As limitações transcendem – ao mesmo tempo em que se relacionam – os preconceitos existentes na sociedade brasileira, e se refletem, de um certo modo, no descaso da Academia, no despreparo de professores e na desatenção de editoras pelo tema. [...] É obvio que muito se tem feito pela mudança desse quadro. [...] Porém, ainda existem grandes lacunas e silêncios.

Mesmo não sendo algo fácil, por conta das inúmeras limitações existentes, já se consolida no Brasil experiências de escolas que têm procurado empreender trabalhos voltados a uma pedagogia antirracista. Significa dizer que o sucesso das políticas públicas de Estado, institucionais e pedagógicas, visando à reparação, reconhecimento e valorização da identidade da cultura e da história do negro brasileiro dependerá, necessariamente, de condições físicas, materiais, intelectuais

e afetivas favoráveis para o ensino e para as aprendizagens, ou seja, todos os alunos negros ou não negros, bem como seus professores precisam sentir-se valorizados e apoiados.

Precisa-se ter uma educação das relações entre negros e brancos, mas, essa reeducação depende de trabalhos conjuntos, de articulações entre processos educativos escolares, políticas públicas, movimentos sociais, visto que as mudanças éticas, culturais, pedagógicas e políticas nas relações étnicorraciais não se limitam às escolas, mas espera que esta instituição seja promotora das discussões para despertar de uma consciência negra, plena e efetiva.

## **2. A DISCRIMINAÇÃO RACIAL E SEU EFEITO NA FORMAÇÃO EDUCACIONAL DAS CRIANÇAS BRASILEIRAS EM RAZÃO DA DIVERSIDADE ÉTNICA**

A discriminação racial nos revela um triste quadro de desigualdades no contexto educacional e social em decorrência de questões étnicas na população brasileira. Números mostram que negros e pardos estudam menos que brancos, isso é um quadro que prejudica em muito as pessoas negras, pois como aponta Souza e Mota (2003, p. 43):

Alguns estudos publicados vêm demonstrando sistematicamente que os negros obtêm piores resultados que os brancos nos indicadores educacionais. Proporcionalmente, maior número de escolares negros se evade da escola ou apresenta atraso escolar, seja pela entrada tardia na instituição, seja devido às contínuas repetências.

Diante destes estudos, o poder público, sentindo a necessidade de adotar providências acerca desse assunto, criou a política de cotas, que segundo López (2007, p. 169) “A política de cotas para acesso de afro-descendentes à educação, ao emprego, à saúde, à moradia, etc. é certamente uma importante arma de combate ao racismo”. Mas somente instituir cotas não basta, é necessário condições de trabalho iguais a todos para que se consiga desde a pré-escola uma educação igualitária para uma sociedade sem preconceito.

Desta forma, incluir a História e cultura afrobrasileira no currículo escolar pode significar um olhar menos preconceituoso, um olhar reflexivo sobre a importância dessa população negra na construção identitária brasileira. Por isso, o sistema de cotas por si só não fará a diferença, assim como, a inserção deste ensino nas escolas brasileiras. Contudo, juntos somam-se medidas que, espera-se ao menos minimizar os impactos da discriminação racial, bem como ofertar a população afrobrasileira a uma educação igualitária, com oportunidades iguais para todos, independente das condições étnicas.

É importante ressaltar que, a obrigatoriedade de inclusão de História e cultura afrobrasileira nos currículos da Educação Básica trata de decisões políticas com fortes repercussões que, além de garantir vagas para negros nos bancos escolares é preciso valorizar devidamente a história e a cultura de seu povo, buscando reparar danos, que se repetem há cinco séculos, à sua identidade e a seus direitos.



A relevância do estudo de temas decorrentes da história e cultura afrobrasileira não se restringe à população negra, ao contrário, diz respeito a todos os brasileiros, uma vez que devem educar-se como cidadãos atuantes no seio de uma sociedade multicultural e pluriétnica, capazes de construir uma nação democrática.

É preciso ter clareza que o Art. 26<sup>a</sup> acrescido a Lei 9.394/1996 provoca bem mais do que a inclusão de novos conteúdos, exige que se repense relações étnicorraciais, sociais, pedagógicas, procedimentos de ensino, condições oferecidas para aprendizagem, tácitos e explícitos da educação oferecida pela escola.

## 2.1 O PAPEL DA ESCOLA NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DO ALUNO NEGRO

Para compreendermos melhor o papel e a função da escola no processo de construção da identidade do aluno afrodescendente faz-se necessário a compreensão das palavras ditas por Pereira (2007, p. 41):

[...] a escola é fundamental na construção da identidade da criança, seja ela pertencente a classes sociais diferentes, a raças diferentes, independente de clero ou qualquer outra diferença. No entanto, em se tratando da criança afrodescendente, ainda é perceptível que muitas escolas alimentam sublinaramente a figura do “negro caricatural” e em sendo assim, em vez de corrigir as relações de preconceitos e discriminação racial, contribuem e estimulam estereótipos sociais e a submissão do afrodescendente aos valores brancos.

Ou seja, para o autor o espaço escolar reproduz um modelo de educação europeia que ao longo da história vêm influenciando de forma negativa a formação da identidade do estudante afrodescendente.

Conforme Leakey (2008, p. 131) além da escola, também contribuem para esse retrocesso, “os meios de comunicação; a falta de conteúdos voltados para a cultura afrobrasileira; professores inadequadamente preparados e livros didáticos

cuja produção textual é tendenciosa onde temas como a escravidão são encarados “como uma simples experiência civilizatória”.

Munanga e Gomes (2006) ao analisarem os conteúdos transmitidos pelos meios de comunicação, conteúdos estes voltados para a história do povo africano alertam que “são apresentados de modo distorcidos ou de forma estereotipada”. De acordo com Munanga e Gomes (2006, p. 18)

Essa maneira distorcida de olhar a África e seus povos pode ser ilustrada pelos antigos filmes de Tarzan e pelas informações divulgadas pela imprensa escrita e falada ou pelas mídias eletrônicas de modo geral, nas informações veiculadas, focalizam-se, por exemplo, as chamadas guerras tribais ou calamidades naturais e as doenças como Aids e outras endemias que dizimaram anualmente milhões de africanos

Compartilhando a ideia desses educadores, Nogueira (2005) relata que a imagem sobre a África, ou a omissão sobre ela nos currículos escolares brasileiros reforça de certa forma a ideia da supremacia racial, o que segundo Leakey (2008, p. 125), podem causar um impacto tão devastador, “sobre a identidade afrodescendente quanto à supremacia religiosa como ‘cultura arcaica’ ou ‘culto animista’, quando não ‘obra do diabo’” .

Faz-se necessário o estado invista na formação dos professores, fazendo com que estes compreendam a influência dos afrodescendentes na culinária, no esporte, dança, enfim, na cultura brasileira e, conseqüentemente, na constituição da população deste extenso país.

Esse comprometimento por parte da escola contribuirá para o surgimento de uma identidade positiva com relação aos estudantes afrodescendentes, caso contrário, os danos no que tange a seu futuro podem ser irreparáveis. Nogueira (2005, p. 64) que realizou estudos nesse sentido, alerta:

Vários estudos têm demonstrado a existência de uma correlação positiva entre uma identidade bem construída, com o autoconceito elevado, e o bom desempenho acadêmico. Em contrapartida, porém, isso significa que sucessivas experiências de fracasso escolar podem levar um aluno à autodesvalorização prejudicando o pleno desenvolvimento de sua identidade.

Reportando-nos a história do negro e da escola no território brasileiro, podemos assim compreender a dificuldade que o mesmo sofre quando o assunto é a construção de sua identidade. Para melhor entendimento da maneira pela qual é construída a identidade de um aluno afrodescendente é prudente utilizarmos os estudos de Erikson (1976) e Ferreira (2000). Ambos em suas respectivas pesquisas empregaram um modelo composto por estágios para poderem explicar o desenvolvimento da identidade do aluno afro.

Ferreira (2000) para explicar esta questão utilizou como referência quatro estágios, denominado por ele como estágio de submissão, de impacto, de militância e de articulação. O processo relacionado ao estágio de submissão inicia-se na escola, onde por meio de práticas e dos livros didáticos, a criança desenvolve e alimenta estereótipos negativos no que tange a sua negritude. Ou seja, o estágio de submissão desenvolvido por Ferreira é a fase onde o sujeito *blackse* auto renega, se identificando com a cultura *white*.

Muitos educadores desenvolveram trabalhos com o simples propósito de por fim a estas práticas e aos estereótipos negativos em relação a população afrodescendente. Uma delas seria a utilização por parte dos professores na educação infantil de bonecas brancas e negras, com isso, possibilitaria entre as crianças o desenvolvimento do ideal de igualdade e ao mesmo tempo daria visibilidade à população negra.

Para conseguir este objetivo é importante que escola e os professores abandonem o improvisado, possibilitando desta forma a ênfase aos diferentes tipos de conhecimentos científicos e culturas diferenciadas.

Ao mudar de atitude, ambos conseguiriam acabar com um processo existente em nosso país, processo esse, segundo o Ministério da Educação (2005, p. 15) “marcado pela sociedade que, para discriminar os negros, utiliza-se tanto da desvalorização da cultura de matriz africana como dos aspectos físicos herdados pelos descendentes de africanos”.

É importante ressaltar que a discriminação de qualquer natureza existente em nossa sociedade não nasceu exclusivamente na escola, entretanto, como nos alerta a ex-ministra chefe da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Matilde Ribeiro, “o racismo, as desigualdades e as discriminações correntes na sociedade perpassam por ali” (BRASIL, 2005, p. 14).

Neste estágio as precárias condições sociais e econômicas vivenciadas por indivíduos afros possuem uma explicação, isto é, estes por sua vez, são pessoas ineptas, pois não possuem capacidades para conseguir algo ou exercer determinada função. Para Matilde Ribeiro *apud* Ministério da Educação (2005) muita dessas pessoas com uma identidade eurocêntrica tendem a acreditar na inferioridade dos sujeitos afrodescendentes, e as exceções, ou seja, aqueles que conseguem sobressair-se social ou profissionalmente são vistos como um “desvio de regra”. É importante ressaltar que, no período, o ministro Joaquim Barbosa, foi primeiro homem afrobrasileiro a assumir um dos cargos de ministro do Supremo Tribunal Federal e se tornou o mais recente caso de exceção à regra.

Com o surgimento de entidades ligadas aos movimentos negros a partir da década de 70, a visão transplantada sobre a figura do negro ao longo da história considerado anteriormente como um “sujeito dócil”, subordinado à elite branca, biologicamente inferior e que aceitava essa situação, mantendo uma relação de cordialidade com os senhores e senhoras de escravos, aos poucos foi se modificando, como nos esclarece Munanga e Gomes (2006) em um de seus trabalhos.

É neste contexto, que a história e a cultura afrodescendente não pode passar despercebida ou ser posta como meros acontecimentos históricos, tratando o negro apenas como um ser escravizado. Portanto, a valorização e a consciência negra devem partir, principalmente, da escola, já que é neste ambiente que os conhecimentos são mediados e também por ser uma instituição que deve formar cidadãos críticos-reflexivos e conscientes.

Todos nós sabemos que é essencial toda escola promover e desenvolver a aprendizagem do indivíduo nas diferentes dimensões: sociais, cognitivas, emocional e motora. Para que isso aconteça, ela precisa de um ator principal, no caso, o educador ou professor. Este tem a tarefa de fazer a mediação entre a criança e os conhecimentos acumulados em uma determinada cultura (conhecimento do mundo e de si), além de propiciar, estimular e provocar o desenvolvimento da criança.

A ação do professor em sala de aula tem sido, nos últimos tempos, tema de investigação e discussões constantes por parte dos pesquisadores da área educacional, pois a interação entre aluno e professor contribui para o rendimento escolar da criança, para a aprendizagem que proporciona comportamentos necessários à vida adulta, ou seja, a ação educativa exerce influência sobre os

indivíduos em sua postura, valores, atitudes, crenças e modos de agir, que podem incluir ou excluir alguém.

Em estudo realizado por Rosemberg (2008), o índice de exclusão e reprovação do aluno negro nas escolas públicas brasileiras, em comparação ao aluno branco é bem maior. O que tem se observado nessas escolas é um ritual pedagógico inadequado. Segundo Cavalleiro (2005, p. 32-33)

O silêncio dos professores perante as situações preconceituosas impostas pelos próprios livros escolares acaba por vitimar os estudantes negros. Esse ritual pedagógico, que ignora as relações étnicas estabelecidas no espaço escolar, pode estar comprometendo o desempenho e o desenvolvimento da personalidade de crianças e de adolescentes negros, bem como está contribuindo para a formação de crianças e de adolescentes brancos com um sentimento de superioridade.

As práticas de discriminações disseminadas pelos professores, livros didáticos, e meios de comunicação nem sempre são detectadas pelas crianças negras, as mais visíveis para elas são aquelas em que o preconceito aparece de modo mais concreto, nas quais as ações do racismo são imediatas. A esse respeito Cavalleiro (2005, p. 34) faz as seguintes ponderações:

Penso que a não percepção do racismo por parte das crianças também está ligada às estratégias da democracia racial brasileira, que nega a existência do problema [...]O racismo é um problema que está presente no cotidiano escolar, que fere e marca, profundamente, crianças e adolescentes negros. Mas, para percebê-lo, há a necessidade de um olhar crítico do próprio aluno.

De fato, o preconceito racial na sala de aula é algo muito frequente se pararmos para observar e, na maioria das vezes, aqueles que deveriam interferir, professores e pedagogos, não sabem como fazê-lo ou, outras vezes, são propagadores deste tipo de atitude, o que reforça e estimula o preconceito ao invés de intervir e combatê-lo. Para Pinto (2006, p. 27)

Ao que tudo indica, a escola, que poderia e deveria contribuir para modificar as mentalidades antidiscriminatórias ou pelo menos para inibir as ações discriminatórias, acaba contribuindo para a

perpetuação das discriminações, seja por atuação direta de seus agentes, seja por omissão perante os conteúdos didáticos que veicula, ou pelo que ocorre no dia-a-dia da sala de aula.

A forma de o professor caracterizar a criança negra evidencia seu despreparo para lidar com situações de discriminação na sala de aula, pois em muitos momentos, ele julga a criança negra culpada pela discriminação sofrida (OLIVEIRA apud CAVALLEIRO 2005).

## 2.2 AÇÕES RACIAIS DISCRIMINATÓRIAS NO AMBIENTE ESCOLAR E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA NEGRA

A escola é um dos espaços considerados mais importante para a construção da identidade do indivíduo, como também é palco de preconceito e discriminação, pois reflete os processos sociais da sociedade em que está inserida. Por esta razão, se faz necessário o preparo do professor para lidar com situações diárias que envolvem os conflitos étnicos vividos nesse ambiente.

Todavia, é importante que a escola não se omita no enfrentamento das questões étnicas e raciais, evitando a transmissão do preconceito nesse ambiente, caso contrário, a escola formará o indivíduo com identidade desvalorizada, principalmente, as crianças negras, pois ainda hoje, muitos professores têm demonstrado um tratamento diferenciado para com crianças negras e brancas.

Assim, a escola torna-se o principal local de tensões raciais que podem acontecer de forma conflituosa ou natural. No âmbito educacional, muitas vezes, assuntos relacionado às diferenças étnicas são evitados, fato que também tem contribuído para o fortalecimento das desigualdades, dos preconceitos e discriminações de ordem étnicorraciais.

Para trabalhar o desconhecimento que culmina para a discriminação étnicorracial, dentro e fora da escola, criou-se a Lei nº10.639/2003 que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB- 9.394/1996), e estabelece em suas diretrizes nacional a obrigatoriedade da inclusão no currículo oficial da rede básica de educação à temática História e Cultura Afrobrasileira, como também é atribuído o dia 20 de Novembro como Dia Nacional da Consciência Negra. De acordo com Macedo (2008, p. 131)

Para que essa Lei se torne efetiva, necessário se faz que os educandos sejam orientados no seu processo de aprendizagem por professores qualificados, capazes de conduzir a reeducação das relações étnicorraciais, pois a discriminação reproduzida na escola afeta não apenas o caráter físico, moral, mas principalmente o psíquico do educando, prejudicando o seu desenvolvimento social e educacional.

A criança percebe até de forma informal, através de olhares, gestos, atenção, entre outros, quando é querida ou não dentro de um grupo social ao qual está inserida. Cavalleiro, (2007, p.98) afirma “a existência de preconceito e de discriminação étnicos, dentro da escola, confere a criança negra a incerteza de ser aceita por parte dos professores”.

Com base nisso, faz-se necessário que o professor estimule a criança para o autoconhecimento, compreendendo os alunos como indivíduos que pertencem a culturas diversas, ou seja, um aluno não é igual ao outro, o respeito à diferença deve ser uma postura adotada pelo professor, caso contrário, Cavalleiro (2007, p.163.) enfatiza:

O educador que não foi preparado para trabalhar com a diversidade e tende a padronizar o comportamento de seus alunos. Tende a adotar uma postura etnocêntrica e singular, concluindo que, se as crianças negras “não acompanham” os conteúdos é porque são “defasadas econômica e culturalmente”, avaliações estas apoiadas em estereótipos racial e cultural, ou são “relaxadas” e desinteressadas.

Em muitas escolas é possível encontrar professores totalmente despreparados para trabalhar questões étnicorraciais. Professores que não valorizam o tom de pele do aluno e sua origem. Isso fortalece uma relação conflituosa entre brancos e negros. É preciso trabalhar essas questões na sala de aula constantemente, pois as diferenças entre brancos e negros é fortemente percebida e afeta diretamente no processo de aprendizagem dos educandos negros, causando a repetência, as dificuldades de aprendizagem e até sua exclusão do sistema de ensino (PINTO, 2006).

Dentro do âmbito local, muitas crianças brancas costumam apelidar as crianças negras, o que diminui sua autoestima. Estas crianças ao sofrerem esse tipo

de discriminação sentem dificuldades em reagir diante dessas situações, pois se sentem desvalorizados e inferiores diante tais manifestações de preconceito racial. Por isso é importante os professores estarem preparados para não aceitarem essas atitudes, coibindo sua realização nas escolas. Tal como os professores, os pais devem saber quais atitudes tomar diante da discriminação racial, orientando seus filhos para que reajam e não permaneçam imobilizados, indo ao encontro do que diz Silva (2009, p. 103)

Aqueles pais que são conscientes do conflito ficam inseguros quanto à atitude a ser tomada junto aos agentes pedagógicos, amedrontados com possíveis punições contra seus filhos; evidencia-se, assim, que também apresentam dificuldades de interação com a escola, possivelmente, devido à sua pouca instrução e baixa condição sócio-econômica.

A fala acima mostra claramente que a escola deve incluir no currículo atividades que envolvam os pais dos alunos para que se conscientizem do respeito as diferenças raciais. A escola deve assumir um compromisso com a diversidade étnica de seus alunos, sendo necessário que a mesma conheça e integre em seu currículo o respeito às diversas culturas. É responsabilidade da gestão escolar e principalmente do professor contemplar em sua metodologia de ensino as diferenças culturais.

Para isso, faz-se necessário, uma atuação de professores que sejam capazes de corrigir os estereótipos negativos construídos sobre o negro, ainda visível nos materiais pedagógicos e principalmente nos livros didáticos, os quais ilustram imagens do branco em condições superiores e fortalecem no leitor o sentimento de inferioridade e superioridade entre esses grupos. Na concepção de Nogueira (2005, p. 24)

A presença dos estereótipos nos materiais pedagógicos e especificamente nos livros didático pode promover a exclusão, a cristalização do outro em funções e papéis estigmatizados pela sociedade, auto-rejeição e a baixa auto-estima, que dificultam a organização política do grupo estigmatizado.

Sendo assim, a escola deve desenvolver atividades de valorização das diversas identidades, fazendo com que o educando conheça suas origens e se auto



identifique, pois em muitos casos o indivíduo nega sua identidade porque não conhece sua história e a do seu grupo racial, mesmo vivendo em um país mestiço.

Para tanto, quando um aluno é taxado como “relaxado” publicamente, ele está sendo excluído, isso faz com que haja casos de evasão nas escolas. A própria escola o expulsa, por isso é importante seus profissionais ampliarem conhecimentos acerca das questões étnicorraciais para que possam ter condições de formarem cidadãos livres para pensar e capazes de afirmar suas identidades. Por esse motivo, não é de se estranhar que muitas crianças negras não queiram se identificar como tal, porque o papel do negro na sociedade está, na maioria das vezes, relacionado às coisas ruins, afetando a autoestima e a autoconfiança dessas crianças, como afirma Silva (2009, p. 35)

Saber-se negra é viver experiência de ter sido massacrada em sua identidade, confundida em suas perspectivas, submetida a exigências, compelida a expectativas alienadas. Mas é também, e, sobretudo, a experiência de comprometer-se a resgatar sua história e recriar-se em suas potencialidades.

Atitude preconceituosa para com o negro leva-o a criar um ideal de ego branco para satisfazer o racista. Dai nasce a dor e a tentativa de forçar o espelho a reproduzir uma imagem branca desejada, ou deixar refletir a imagem negra desprezada por uma sociedade dominante, com ideologias, estéticas e comportamentos brancos. Assim, as crianças negras com suas características raciais diferenciadas, como o tom da pele e cabelo encaracolado, são consideradas feias e se sentem inferiores por terem tais características, por isso muitas renegam suas origens e seus valores culturais (SILVA, 2009).

Desde a infância, no processo de desenvolvimento e de interação social, os seres humanos aprendem a discriminar e a estabelecer comparações e conceitos que corresponderão aos comportamentos aprovados socialmente. Ao mesmo tempo, vão aprendendo a empregar tais conceitos e a atribuir valores a si mesmos. Conforme Silva (2009, p. 45)

A compreensão da dinâmica das relações multirraciais no âmbito da educação representa um avanço no combate ao racismo brasileiro e às desigualdades predominantes na sociedade. O entendimento dessa questão no cotidiano da educação é condição *sine qua non*

para se arquitetar um projeto novo de educação que possibilite a inserção social e o desenvolvimento igualitário dos indivíduos. Tal fato contribuiria para desenvolver, nas pessoas, um pensamento menos comprometido com a visão dicotômica de inferioridade/superioridade dos grupos étnicos.

A possibilidade das crianças receberem uma educação igualitária, desde os primeiros anos escolares, representa um dever de toda sociedade, pois estas ainda são desprovidas de autonomia para aceitar ou negar o aprendizado proporcionado pelos mediadores, tornando-se vítimas indefesas dos preconceitos e estereótipos difundidos no dia-a-dia.

Entende-se, então, que a despreocupação com a questão da convivência multiétnica, quer na família, quer na escola, concorre para a construção de indivíduos preconceituosos e discriminadores. A ausência de um questionamento crítico sobre essa questão pode levar inúmeras crianças e adolescentes a cristalizarem aprendizagens baseadas, muitas vezes, no comportamento acrítico dos adultos à sua volta.

A ausência da temática racial no planejamento escolar impede a promoção de boas relações entre os elementos que integram o cotidiano da escola. O silêncio que envolve essa temática nas diversas instituições sociais favorece para que as especificidades sejam entendidas como desigualdade, e o afrodescendente, como sinônimo de desigualdade e inferioridade (OLIVEIRA *apud* CAVALLEIRO, 2005).

A existência de racismo, preconceito e discriminação, com base nos atributos étnicos, na sociedade brasileira e no cotidiano escolar, produz males a todos os indivíduos da sociedade. Para os indivíduos negros, ela acarreta, segundo Cavalleiro (2008) e Silva (2009, p. 123)

[...] auto-rejeição, rejeição ao seu outro igual, rejeição por parte do grupo; desenvolvimento de baixa auto-estima, com ausência de reconhecimento da capacidade pessoal, timidez, pouca ou nenhuma participação em sala de aula; ausência de reconhecimento positivo de seu pertencimento racial; dificuldade de aprendizagem e recusa em ir para a escola e exclusão escolar.

Para o aluno branco, o racismo, o preconceito e a discriminação racial acarretam dois aspectos: o primeiro diz respeito a cristalização de um sentimento irreal de superioridade: étnico, cultural, estético, intelectual, etc. Já o segundo

aspecto refere-se a perpetuação do racismo, preconceito e discriminação étnicos nas outras relações estabelecidas pelos alunos (OLIVEIRA *apud* CAVALLEIRO, 2005).

Na escola, várias são as situações e acontecimentos que podem contribuir com essa problemática, dentre as quais, Silva (2009, p 75) destaca:

[...] grande quantidade de material didático-pedagógico e também de materiais auxiliares (livros de histórias, revistas, jornais, entre outros) apresentam apenas pessoas brancas como referência. Quase que sem exceção, os negros aparecem nesses materiais para ilustrar o período escravista do Brasil Colônia ou, então, para ilustrar situações de desprestígio social.

Outros fatores, como o universo semântico pejorativo - onde os alunos negros são tratados, por colegas e até mesmo por professores, de forma preconceituosa, com apelidos que estão sempre fazendo referências a cor de sua pele -, assim como, a distribuição desigual de afeto, representam aspectos negativos e acabam contribuindo para a desvalorização do negro em nossas escolas (CAVALLEIRO, 2007). Ou seja, um tratamento diferenciado direcionado aos alunos brancos, tais como, doação de carinho, agrados, estímulos, incentivos, atenção, entre outros. Em muitas situações, encontramos, nas escolas, educadores e educadoras que se dizem comprometidos(as) com o seu fazer profissional, mas se mostram cegos para as suas ações, principalmente quando são analisadas as relações interpessoais estabelecidas no cotidiano escolar (SILVA, 2008).

Cavalleiro (2007) considera que, em geral, os integrantes da escola apresentam um comportamento semelhante ao dos demais indivíduos da sociedade, não sendo tais atitudes apontadas exclusividade de professores, o que é compreensível, embora não seja aceitável, especialmente para um profissional da educação.

Mesmo considerando os atos do professor como inconscientes, estes não lhes tira a responsabilidade e faz com que incorporem e naturalizem determinados comportamentos racistas e discriminatórios. Portanto, a não percepção consciente seria, quase, uma condição de existência da discriminação/preconceito em relação às crianças negras, e as atitudes desses profissionais magoam e marcam a criança pela vida afora. Segundo Santos (2005, p. 35)

No livro didático, por exemplo, o negro é desumanizado, caracterizado pela ausência de nomes próprios, de constelação familiar; pela associação das ilustrações dos personagens negros a animais; a criança negra é vista como má, como brinquedo de criança branca, desobediente, faminta, excluída, isolada; e aparece em último lugar nas ilustrações de grupos.

Além de ser vista como incapaz intelectualmente, ou seja, “burra” e pobre, sem discutirem as causas da pobreza, e ainda é culpabilizada pelo seu insucesso e incompetência. Em outras situações, pode haver a tendência a neutralizar o problema, realçando a beleza de ser negro, demonstrando reprovação pelo fato de a criança negra reclamar por ser chamada de “negra”.

Para Cavalleiro (2007, p. 54), “não se trata de ser ou não ser lindo o negro. É normal ser negro, como é normal ser branco, descendente de japonês, ou qualquer outra ascendência que se tenha”. O que não é normal é negar a valorosa contribuição que os negros deram para a construção histórica, econômica, social, política, intelectual e cultural deste país.

Acontecimentos como os acima citados podem ser entendidos como pequenos detalhes do cotidiano escolar. Porém, são reveladores de uma prática que prejudica severa e diretamente o desenvolvimento dos alunos negros. E, indiretamente, a todos os indivíduos que recebem tais informações. Essas experiências vividas na escola podem ser transportadas para outras situações sociais.

Todos aqueles que favorecem a manutenção, indução ou propagação do racismo, preconceito e discriminação racial no espaço escolar precisam ser levados a rever suas atitudes. Não basta ser um bom profissional, tem de “ensinar com perfeição e sem coação”. Daí a necessidade de ser solidário, em relação aos problemas que atingem os alunos negros, o que para Cavalleiro (2007, p. 55) “buscar soluções para esse problema não representa um trabalho apenas em favor dos alunos negros. Mais do que isso, representa um trabalho em favor do ser humano e em prol da cidadania, da democracia e da sociedade brasileira”.

A escola precisa organizar-se para demonstrar a todos a importância da pluralidade étnica no Brasil. Os educadores devem contemplar a discussão da diversidade étnica da sociedade e discutir os problemas sociais, em suas diferentes proporções, que atingem os grupos étnicos. Para isso, alude Cavalleiro (2007, p. 63)

que os educadores podem utilizar as notícias veiculadas pela “mídia nacional”, mostrando os prejuízos e as desvantagens acarretadas por se pertencer a determinado grupo” e desconstruí-las.

Concluimos que a ausência desse questionamento na escola se mostra prejudicial ao grupo étnico negro. Silenciar diante do problema não apaga as diferenças. Permite, porém, que cada um construa, a seu modo, um entendimento do outro que lhe é diferente.

Um entendimento pautado nas experiências sociais de modo acrítico, conforme a divisão racial e o papel a ser executado por cada um, principalmente, em razão de que, a instituição escolar é um espaço responsável pelo processo de socialização infantil, principalmente nos anos iniciais do ensino fundamental, no qual se estabelecem as relações com crianças de diferentes culturas familiares. Esse contato diversificado poderá fazer da escola o primeiro espaço de vivência das tensões raciais. Para Moreira (2010, p. 113)

O preconceito praticado à criança negra pode e é muito perverso, ou seja, causa um transtorno muito grande para seu inconsciente, pois pode fazer com que ela não se reconheça, iniciando um processo de desvalorização de suas características individuais, que interferem na construção da sua identidade. O que pode fazer com que a criança sintase desvalorizada e excluída, chegando até a pensar que não é merecedora de direitos e, digna de respeito.

Essas manifestações discriminatórias no espaço educativo tem gerado um quadro de agressões tanto física, como simbólica, o que na maioria das vezes tem acarretado uma série de sofrimentos no cotidiano dos alunos negros, algo que nem sempre é visível aos nossos olhos, por que envolve tanto o caráter moral, como o psicológico do indivíduo. O que se subentende é que, a formação e construção da identidade do indivíduo é um processo que começa na Educação Infantil (MOREIRA, 2010).

A identidade refere-se a um contínuo sentimento de individualidade que se estabelece valendo-se de dados biológicos e sociais. O indivíduo se identifica reconhecendo seu próprio corpo, situado em um meio que o reconhece como ser humano e social. Afirma Cavalleiro (2007, p. 19) que “Assim, a identidade resulta da percepção que temos de como os outros nos vêem”.

Sendo assim, cabe questionar qual a função ou papel da escola? Segundo Araújo (2003 apud AQUINO, 2008):

O papel da escola é o de uma instituição social responsável não só pela democratização do acesso aos conteúdos culturais historicamente construídos, mas também o de co-responsável pelo desenvolvimento individual de seus membros (em todos os aspectos), objetivando sua inserção como cidadãos autônomos e conscientes em uma sociedade plural e democrática.

Diante de tal quadro não é de se estranhar que muitas crianças negras não queiram se identificar como tal, porque o papel do negro na sociedade está sempre relacionado a coisas ruins. Com isso, a autoestima e a autoconfiança desses alunos diminuem, na medida em que um autoconceito negativo é gerado na sociedade brasileira.

Devido a tantas agressões físicas e simbólicas contra as crianças negras, seja na rua ou no espaço educativo, muitas acaba por negligenciar a sua tradição cultural para assumir uma postura de “embranquecimento” que a sociedade e o próprio espaço escolar tem posto para ela como a ideal (branco, alto, forte, olhos claros, cabelos lisos, entre outros) (SAVIANI, 2006).

Para uma criança negra em seus anos iniciais fica difícil entender e ao mesmo tempo ser entendida nesse sistema educacional, que reproduz o padrão hegemônico, e a estereotipa como incapaz, rebelde, burra, entre outros. Além do professor quase não estabelecer contatos físico e afetivo com essas crianças, demonstrando a rejeição do seu grupo social e causando-lhes sofrimentos. Segundo Amaral (2010, p. 11)

A dificuldade enfrentada pelas crianças em seu convívio escolar tem algum denominador comum. Se pensássemos nos costumeiros apelidos que circulam nos lábios infantis, tais como: “rolha de poço”, “azeitona no palito”, “pau-de-sebo”, “nanico”, “crioulo doido”, “quatro olho”, “surdinho”, “tadinho”, “sequeta”, “mula mansa” entre outros.

A violência atribuída à criança negra na escola, seja por meio de insultos ou expressões de cunho racistas, entendida como “normal” ou natural por esse grupo social que o recebe, tem demonstrado claramente à falta de respeito repassada as crianças brancas e negras no espaço educacional brasileiro.

### 3. O OLHAR DAS EDUCADORAS EM RELAÇÃO A DISCRIMINAÇÃO RACIAL E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DA CRIANÇA NEGRA

Nesse capítulo foram analisados os dados coletados por meio de um questionário aplicado às professoras participantes desta pesquisa. As análises foram realizadas a partir das falas das pesquisadas e a luz da literatura pesquisada.

No primeiro questionamento, as professoras foram perguntadas como se identificavam e se já haviam presenciado algum tipo de preconceito no ambiente escolar. A este questionamento, as professoras fizeram as seguintes colocações:

“Sou parda... algumas crianças têm atitudes preconceituosas porque tem exemplos em casa, na televisão e na comunidade.” (Professora 1)

“Sou parda... sim, através de apelidos como moleque preto e não querer participar de atividades em sala de aula e em intervalo de recreio com os colegas negros”. (Professora 2)

“Sou branca... os alunos não tem sua identificação formada, mas são preconceituosas não só com a cor, economia, beleza e conhecimentos”. (Professora 3)

“Sou parda... praticamente todos os dias escuto alunos agredindo verbalmente o colega negro, discriminando por sua cor de pele, se negam até a brincar com o colega.” (Professora 4)

“Sou parda... tenho alunos negros em sala e alguns brancos e pardos costumam dizer que seu colega negro está sujo e fedendo por sua cor de pele ser escura”. (Professora 5)

Diante das falas das professoras podemos perceber que nenhuma delas se identifica como negra, mesmo as que tem o tom de pele mais escura se assumem como pardas, porém percebemos por suas características, que duas delas são negras. Isso mostra que as próprias professoras não tiveram suas identidades construídas como negras durante a infância culminando com a visão que tem hoje sobre a sua raça. O que pode ser ocasionado, na concepção de Sousa (2013, p. 05),

O racismo esconde assim seu verdadeiro rosto. Pela repressão ou persuasão, leva o sujeito negro a desejar, invejar e projetar um futuro identificatório antagônico em relação à realidade de seu corpo e de sua história étnica e pessoal. Todo ideal identificatório do negro converte-se, desta maneira, num ideal de retorno ao passado, onde ele poderia ter sido branco, ou na projeção de um futuro, onde seu corpo e identidade negros deverão desaparecer;

Com base na autora e na fala dos professores percebemos que as práticas preconceituosas de alunos em sala de aula tem acontecido através de agressões verbais, em que alguns alunos taxam aquele de cor negra de sujo, fedorento, não querendo brincar com ele nos intervalos. Esses apelidos diversos são frequentes e atribuídos a criança de cor negra, levando-a a desejar ter outra cor.

Neste sentido, diante das colocações feitas pelas professores em relação a terem presenciado algum tipo de preconceito em sala de aula nos revelam que esse é um aspecto que tem assumido no cenário social uma condição muitas vezes desumana, mas que precisa da intervenção dos professores para que possam desmistificar estes preconceitos. Portanto, se faz necessário que os educadores estejam aptos a lidarem com essas situações, pois quando o professor não sabe como agir ou também traz consigo traços preconceituosos, contribuirão cada vez mais para que esses preconceitos aconteçam.

Saber como lidar com as situações preconceituosas em sala de aula é um dos compromissos que os educadores precisam assumir para tentar minimizar os impactos que o preconceito etnicorracial causa às crianças negras.

Não há dúvidas que os apelidos, os xingamentos e todas outras formas de exclusão que as crianças negras sofrem na escola só fazem aumentar ainda mais a segregação de um povo que muito contribuiu com a nossa formação social e cultural. Respeitar as diversidades etnicorraciais, não é só parar com os apelidos e xingamentos, é acima de tudo, compreender que os negros são importantes e que merecem o devido valor e respeito por parte de todos, indistintamente.

Confirmando esse pensamento, Silva (2010, p.75) afirma que “Os apelidos se tornam, portanto, indicadores de seu baixo status na hierarquia social, e desempenham papel determinante na construção da identidade”.

Neste sentido, pode-se perceber que o preconceito sempre acaba culminando com a construção de uma identidade negativa para a pessoa negra a qual se sente



inferiorizada e muitas vezes acabam se excluindo do meio social, tendo uma baixa estima e uma desmotivação que resultará em perdas significativas, tanto no contexto social quanto profissional.

O segundo questionamento formulado as professoras participantes do estudo, procurou saber se trabalhavam com os seus alunos questões étnicorraciais? A esse respeito, as respostas foram às seguintes:

“Quando vejo que um aluno está apelidando o outro por ser negro, eu falo para ele que temos que respeitar a cor do coleguinha”. (Professora 1)

“Não existe metodologia certa, mas o diálogo, o trabalho em grupo e dinâmicas ajudam a criança entender que somos iguais e que precisamos uns dos outros”. (Professora 2)

“Tenho procurado inserir no dia a dia a importância do respeito às diferenças e não só em relação a cor negra, mas as deficiências, as dificuldades, às questões financeiras, dentre outras, de maneira que os alunos percebam que ser diferente não é ser desigual”. (Professora 3)

“Procuro sempre conversar com meus alunos sobre o preconceito e a discriminação, dizendo-lhes que isso não é bom”. (Professora 4)

“Sim, pois trabalhamos a autoestima, a confiança e aceitação do que é e do que tem”. (Professora 5)

Diante destas falas podemos refletir se as questões étnicorraciais não são trabalhadas de forma que conscientize os educandos com relação ao respeito às diversidades ou a sua desconsideração.

Discutir as relações étnicorraciais se apresenta como necessário para todos, uma vez que vivemos em um país que foi construído também por negros e que estes não foram considerados. A esse respeito Munanga (2005, p. 16) afirma

É de suma importância os educadores receberem ao longo de sua formação, enquanto sujeito e enquanto profissional, formação voltada para as questões étnicorraciais para só assim, estarem aptos a lidar com os problemas inerentes aos preconceitos em sala de aula, pois caso contrário, caso o professor também tenha passado por uma formação na qual as questões étnicorraciais não tiveram a devida importância no processo de formação, este não estará apto a lidar

com estas questões, pois também, apresentará, ainda que de forma imperceptível, ações preconceituosas.

Sendo assim, a formação do cidadão sem preconceitos deve começar de cedo, ou seja, desde a infância e, precisa ser bem trabalhada dentro do contexto escolar, bem como familiar, haja vista que, quando as questões etnicorraciais são bem trabalhadas na escola a tendência para reduzir os preconceitos é bem acentuada.

Não obstante, é salutar ressaltar que a escola exerce um papel significativo na formação da identidade do educando, por isso, ela não pode se excluir em momento algum desse papel formador, principalmente, no que diz respeito as crianças abraçarem as diversidades (SOUSA, 2013).

Portanto, o educador precisa ter com as questões étnicorraciais uma ótica crítica e positiva para assim contribuir na formação da identidade do educando. Também precisa observar bem o material didático e quando necessário acrescentar o que nele falta, pois sabemos que há uma carência quanto ao conteúdo e figuras ilustrativas dos negros nos livros didáticos e que ilustram em grande parte apenas figuras de crianças brancas, esquecendo o quanto diverso é o nosso país (SILVA, 2009).

Assim, é importante que o professor em seu agir educativo esteja atento a qualquer ato discriminatório existente dentro ou fora da sala de aula, sejam gestos, tom de voz ou qualquer tipo de atitude que possa expor o educando a situações preconceituosas e excludentes.

Podemos refletir, portanto, que muitos professores sequer tiveram formação dentro das perspectivas étnicorraciais e, se não tem essa formação, não conseguirá desenvolver um trabalho em sala de aula voltado para o tema, nem tampouco terá condições de combater atos preconceituosos com seus educandos, e, muitas vezes, acabará agindo preconceituosamente, ainda que de forma indireta, o que poderá ser percebido pela criança negra que a própria educadora está com algum preconceito para com ela.

É, preciso, portanto, que o educador se insira nesse processo de transformação social, onde a valorização da cultura afrodescendente faça parte do contexto escolar, a qual precisa ser efetivamente debatida e trabalhada com eficiência em sala de aula. Para Munanga (2005, p. 33)

Identificar e corrigir a ideologia, ensinar que a diferença pode ser bela, que a diversidade é enriquecedora e não é sinônimo de desigualdade, é um dos passos para a reconstrução da auto-estima, do auto-conceito, da cidadania e da abertura para o acolhimento dos valores das diversas culturas presentes na sociedade e que tem a escola, os professores e os próprios educandos como protagonistas dessa desmistificação em prol de uma formação da identidade da criança negra que satisfaça um olhar de igualdade e sem preconceitos.

Pelo exposto, espera-se que a escola, os professores, os educandos, os familiares e a sociedade, de um modo geral, percebam-se como parte do processo formador da identidade das crianças, seja ela pertencente a qualquer etnia ou a qualquer outra situação de diferença, pois diferenças devem existir e são ricas, desigualdades jamais.

Em relação ao questionamento formulado para as professoras, visando saber a sua opinião referente aos fatores que tem contribuído para a existência de atitudes preconceituosas no ambiente escolar, obteve-se os seguintes posicionamentos:

“Talvez, a falta de orientação dos pais que não conversa com os filhos sobre isso; ou também pelo fato de muitas crianças vivenciarem no próprio lar pais preconceituosos e, tudo acaba refletindo dentro da escola” (Professora 1).

“O preconceito etnicorracial está presente na vida das pessoas, seja no lar, na comunidade onde reside, nos meios de comunicação; enfim, é algo que está enraizado na vida das pessoas, mas que precisa ser rompido, principalmente quando este chega até o espaço escolar, lugar este que deve-se primar pelos valores e respeito a dignidade das pessoas” (Professora 2).

“Não é muito difícil imaginar o que leva uma criança a ter preconceito em relação a cor do colega. Geralmente, este preconceito não nasce com a criança, mas ele vai sendo apreendido dia a dia, principalmente, quando se convive com estas práticas” (Professora 3)

“Acredito que os fatores que contribuem para atitudes preconceituosas se dão em virtude de não está havendo, por parte da família, uma conversa com os filhos sobre a importância de respeitar as diversidades. Os pais, assim como nós educadores, precisamos trabalhar os valores e respeito ao próximo, orientando os nossos alunos que o preconceito é algo ruim e que trás inúmeras conseqüências negativas para as pessoas que sofrem esses preconceitos” (Professora 4)

“As crianças não nascem preconceituosas, elas vão adquirindo este hábito em casa, na rua, na própria escola. Por isso, a família, juntamente com a escola, precisam trabalhar os valores éticos e morais e o respeito ao próximo. É fundamental envolver a criança em atividades que nelas o preconceito seja desfeito”. (Professora 5).

Pelo exposto, percebemos que as professoras participantes desse estudo, apontam a falta de diálogo da família com os filhos sobre as diferenças, ensinando-os a valorizar o próximo independentemente da cor, da posição financeira, da religião, assim como também, para as professoras, algumas crianças acabam vivenciando atitudes preconceituosas dentro do próprio lar, na sociedade e até mesmo na escola. Assim, esses fatores acabam tendo um reflexo muito significativo na forma como as crianças se comportam frente às diversidades e, com isso, acabam se tornando preconceituosas.

Mediante as falas das professoras, pode-se observar que as crianças apenas reproduzem aquilo que apreendem no seu convívio familiar, social e escolar, por isso, torna-se fundamental que as práticas preconceituosas sejam rompidas nesses ambientes. A respeito da memória que a criança constrói a partir daquilo que ela vivencia. Vygotsky (1998, p. 5) descreve

A memória é responsável pela construção das funções psicológicas na formação da criança. O autor afirma que o raciocínio da criança muito nova tem características motivadas pela memória, que é naturalmente diferente no caso de crianças maiores. A criança pequena cria uma relação entre raciocinar e lembrar, para ela ambos tem o mesmo significado. Em nenhuma outra etapa da vida ela constrói essa relação entre as duas funções psicológicas, essa ligação ocorre apenas no início da infância.

A criança pequena começa a construir o processo de formação do seu intelecto pelas lembranças de ações praticadas por outras pessoas e por situações presenciadas ao longo da vida. Esse processo não se dá pela lógica e sim pelas lembranças concretas, refletindo no ato de pensar, conciliando várias situações vivenciadas, justificando a dependência da memória para raciocinar.

Diante do pensamento de Vygotsky (1998) compreendemos que a criança constrói sua identidade dentro e fora do ambiente escolar. Esse processo de construção se inicia desde o nascimento até o fim da infância. Quando a criança é inserida na escola, ela já traz consigo acúmulo de lembranças em sua memória.

Algumas são inseridas muito pequenas no contexto escolar e ainda não conseguem fazer uma assimilação clara das lembranças acumuladas com a realidade anterior e com a qual se deparam ao entrar na escola.

Para Cavalleiro (2008), a criança negra não é diferente das demais, ela também constrói sua identidade por meio das experiências vividas, e sua socialização ocorre lentamente através da interiorização das regras afirmadas pela família e pela sociedade, tornando fundamental a mediação de ambos para dar significado ao mundo social.

Dando seguimento aos questionamentos, indagou-se as professoras qual metodologia de ensino utilizavam em sala de aula para trabalhar a aceitação do negro. A este questionamento, as professoras se posicionaram da seguinte maneira:

“Procuo envolver todas as crianças nas brincadeiras e no momento das tarefas, uso ilustrações com imagens de pessoas negras; falo da história dos negros no Brasil” (Professora 1)

“Na hora de contar as historinhas procuro sempre enfatizar uma que revele a importância do negro como herói. Mas infelizmente, a maioria das histórias infantis não faz essa referência, ai precisamos readaptá-las; falar sobre o mau que o preconceito causa e que todos somos iguais, não importa a cor da nossa pele”. (Professora 2)

“Através dos jogos, das brincadeiras, onde as crianças são envolvidas nos grupos; realizando trabalho de leitura e desenhos que envolvam crianças negras” (Professora 3)

“Trabalho com as palavrinhas mágicas que representam a gentileza, a bondade, o respeito; conto história que estejam relacionadas ao valor do negro e também das pessoas diferentes” (Professora 4)

“Procuo trabalhar através de contos como o patinho feio mostrar que o diferente existe e faz parte de nossas vidas tentando formar um cidadão consciente e ético. temos livre arbítrio, porém precisamos respeitar as diferenças” (Professora 5)

Mediante as falas acima, percebe-se que as professoras tem procurado, ao seu modo, minimizar o problema do preconceito racial a partir do momento que inserem em suas práticas jogos, brincadeiras que mostram para as crianças as diferenças. Este é o caminho. No entanto, se faz necessário um trabalho ainda mais dinâmico, que envolva não só as crianças, mas também, a família e a sociedade. Pois está preparado para lidar com as diferenças nem sempre é uma condição fácil, exigindo dos profissionais maior capacitação, competência e habilidade para

compreender a funcionalidade do preconceito e o que deve realmente ser feito para combater tais atitudes.

Os educadores foram formados durante décadas, através de uma visão homogeneizadora e linear. Essa visão fez com que questões básicas como a composição de várias etnias formando a sociedade brasileira fossem ignoradas em sua formação, valorizando um currículo eurocêntrico, que privilegiou a cultura branca, menosprezando as demais culturas. Muitos profissionais foram preparados apenas para ser professor e não um verdadeiro educador, pois não tiveram em sua formação essa discussão. Muitas vezes, expectativas e atitudes dos professores a respeito das crianças são determinantes na aprendizagem delas, assim enfatiza Torres (2005, p. 49 *apud* SCARPA, 2009, p. 59):

Preconceitos e atitudes discriminatórias por parte dos professores, baseadas em raça, língua, gênero, condição socioeconômica ou qualquer outro fator, incidem de maneira decisiva nos processos e resultados de aprendizagens das crianças. Estudos mostram que os mesmos professores se comportam de maneira diferente em escolas de setores pobres, têm uma visão negativa dos pobres, julgam seus alunos a partir de suas famílias e seu meio, esperam pouco deles e, portanto, lhes exigem menos, tudo o que contribui a reproduzir o círculo vicioso da baixa auto estima e o baixo rendimento escolar.

Para a mudança de um contexto que privilegia apenas uma cultura, a formação docente que aborde a diversidade cultural, o respeito e a valorização das crianças é prioritária, pois grande parte dos educadores segundo Dias (2012), ainda não reconhece a diversidade e a diferença, por conseguinte não possuem a capacidade de análise para transformar a sua prática. Nessa mesma ótica, aponta Gonçalves (2011, p. 56)

Diante das transformações mundiais, que impõe novos olhares frente ao conhecimento, observa-se nas últimas décadas do século XX uma série de reformas educacionais, onde foram elaborados novos marcos legais para educação junto com o desenho de Políticas Públicas, que objetivam o desenvolvimento de novas capacidades técnicas administrativas, incluindo entre outras questões, novos conteúdos de ensino da escola pública e da formação de educadores (as). Esse processo estimulou discussões em diversas áreas do conhecimento sobre a presença ou não no currículo das culturas presentes na sociedade.

Essas discussões se voltam para importância de romper com a exclusão e o preconceito, de maneira que o respeito às diversidades culturais possam se tornar uma luta em prol do estabelecimento de uma conduta que promova o fim da discriminação ou ao menos minimize os impactos causados pela exclusão ainda tão presente em nossa sociedade.

Neste contexto, a exclusão presente na prática social fez com que durante muito tempo estudantes pertencentes a etnias oprimidas fossem submetidos ao fracasso escolar. Teorias tentavam explicar o fracasso escolar com base em características biológicas que apontavam suposta inferioridade genética relacionada à raça negra.

Somente através da conscientização é que o professor irá perceber a importância de buscar novas metodologias para o ensino das relações étnicas e raciais. Porém é necessário que haja reformulação nos currículos, proporcionando um ambiente escolar de acordo com a diversidade cultural, desmistificar a ideia que os livros didáticos apresentam, “negros apenas como escravos, e fracassados”.

É preciso mostrar a verdadeira história dos negros. Um povo cheio de coragem, que lutou incansavelmente por sua liberdade, e por sua cidadania. Suas conquistas foram pautadas por suas características de união, força e perseverança (GONÇALVES, 2011).

Daí ser de suma importância que a escola e os demais agentes que a constituem possam assumir compromissos verdadeiros no que diz respeito a romper com os preconceitos existentes e voltem-se para a formação e a construção de identidades dos sujeitos sem discriminação.

Neste contexto, foi indagado se as professoras: como a escola tem ajudado na construção da identidade negra infantil. As respostas obtidas foram as seguintes:

“A escola ajuda na construção da identidade negra infantil a partir do momento em que contribui para o bem estar da criança, desenvolvendo o respeito em função de um único objetivo, do seu desenvolvimento e da sua aprendizagem” (Professora 1)

"A escola não tem um trabalho voltado para isso. Mas não significa dizer que ela tolere o preconceito contra o negro". (Professora 2)

“A escola não tem um trabalho voltado especialmente para ajudar a combater o preconceito racial e a ajudar a construir suas identidades, somente em data comemorativa como o dia da consciência negra exploramos mais sobre esse assunto, passando desta data é como

se ficasse esquecido por alguns, outros professores conscientizam seus alunos para respeitar as diferenças”. (Professora 3-4)

“A minha escola trabalhar etnia de raça é raro, apenas em data comemorativa como dia da consciência negra.” (Professora 5)

Diante dos relatos das professoras podemos perceber que falta inserir a história do negro e as questões étnico raciais no currículo dessas escolas, pois cabe a elas e aos professores o dever de planejar ações educativas que possam formar cidadãos de bem e proporcionar a inclusão dos menos favorecidos. Infelizmente os currículos estão desviando a história e a cultura afrobrasileira. Com relação a este pensamento Silva (2010, p.103) afirma

Esta instituição tende a criar uma dificuldade de identificação destes indivíduos com seu grupo de origem e colabora para a perda de sua identidade cultural, quando os induz a crença de que são portadores de uma subcultura, muitas vezes, analisada como folclórica pelos agentes pedagógicos presentes no universo da escola [...].

Sendo assim, para tentar romper com esse paradigma de reprodução de inferioridade negra que a educação tem vinculado, existem aspectos que devem ser levados em consideração. Um dos aspectos é a valorização da cultura europeia e o desprezo a outras culturas, como a africana e a indígena, sobretudo como componente curricular. A negação dessas culturas faz com que os descendentes desses grupos sintam-se muitas vezes, relegados à inferioridade, fazendo com que alguns fiquem no abandono e exclusão. É difícil avaliar a questão de raça e etnia na escola e a que proporção chegam seus efeitos.

Para Silva (2010, p. 92) ao se reportar orientações curriculares oficiais, lições, rituais escolares, datas festivas nacionais, etnias e raças afirma que “essas narrativas celebram os mitos da origem nacional, confirmam o privilégio das identidades dominantes e tratam as identidades dominadas como exóticas ou folclóricas”. Em termos de representação racial, o texto curricular conserva, de forma evidente, as marcas da herança colonial. O currículo é, sem dúvida, entre outras coisas, um texto racial.



De acordo com Silva (2010), lembrar da história do negro apenas nas datas comemorativas e proporcionar um ritual escolar com o objetivo de afirmar a participação do negro na construção da identidade nacional, só afirma que a classe dominante permanece o inferiorizando, pois suas origens e histórias são lembradas apenas como um mito, comemoração folclórica.

É preciso ver o negro como um ser capaz, competente, habilidoso, bem como lhe dar o devido e merecido valor, pois além de tratar-se de um ser humano, também representa um importante personagem na construção histórica do Brasil, como um cidadão independente de sua cor e raça. Para isso, é necessário despir o educador do preconceito enraizado dentro de si, pois sem perceber disseminam ações que afirmam a inferiorização do negro.

Romper com esse preconceito é romper com paradigmas, com mitos, principalmente, aqueles que apontam a cor da pele relacionado a ser mais ou menos inteligente. Com base nesse pensamento, procurou-se saber junto às professoras se as mesmas consideram que a aprendizagem de uma criança pode estar relacionada à sua cor da pele. As respostas obtidas foram às seguintes:

“O preconceito interfere no sentido de alta estima, a criança se sente incapaz e isso pode atrapalhar sua aprendizagem. Mas de forma alguma, considero que a cor da pele tenha algo haver com a aprendizagem (Professora 1)

“Não vejo que a cor da pele represente algo para aprendizagem. Agora quando a criança é discriminada, está todo tempo sendo vítima de preconceitos, sua auto estima pode baixar e com isso ela se prejudicar, pois perderá o gosto pelos estudos” (Professora 2).

“A criança pode crescer fechada sem interagir com as outras, pois muitas vezes ela é excluída de tarefas em grupos por seus colegas de sala, porém a aprendizagem está relacionada a genética e o meio em que vive e outras características cotidianas” (Professora 3)

“O que pode levar a um processo inferior de aprendizagem não é a cor da pele, mas as atitudes preconceituosas dos outros para com a criança negra, fazendo com que esta não deseje ir a escola ou se afastando dos grupos, se isolando” (Professora 4)

“As crianças acabam sentindo bastante quando são vítimas de preconceito, principalmente em relação à cor negra. Isso as torna menos interessadas em continuar na escola. Assim, não acredito que seja a cor da pele que determinará a aprendizagem, pois todas as crianças são capazes. Agora o preconceito leva a baixo estima da criança e isso sim pode interferir na aprendizagem” (Professor 5)

Diante das falas das professoras podemos perceber que as mesmas são conhecedoras de que a cor da pele nada tem haver com ser ou não inteligente, que a cor da pele não dita quem sabe mais ou quem sabe menos. No entanto, como as professoras colocam, o preconceito contribui para a baixa estima da criança negra e isso poderá prejudicá-la no processo de aprendizagem, pois estas crianças acabam se sentindo inferiorizadas, se isolam dos grupos e perdem o gosto pelo estudo.

É sabido que, a criança ao sofrer algum tipo de preconceito ou discriminação racial será prejudicada em seu desenvolvimento psicológico e no processo de aprendizagem, pois quando ela é tratada com desigualdade por seu tom de pele, e sente-se rejeitada por algumas pessoas na escola, isso faz com que se desestime e, muitas vezes, o preconceito pode ser fator de evasão escolar.

Neste sentido, cabe a escola promover ações que venham a desmistificar o preconceito racial, fator este que pode levar a um baixo rendimento da criança negra em sala de aula. Sendo assim, a escola e o professor precisam assumir o papel de desmistificar a ideologia de que o negro pertence a uma classe inferior, de que tudo que está ligada ao negro ou a sua cultura é ruim. É preciso trabalhar com as crianças e com suas famílias.

Quando o professor tiver a consciência de que pode fazer a diferença, de que é o mediador entre romper com o preconceito e valorizar as diferenças, estará assumindo uma postura condizente com o seu papel de formador.

Nessa perspectiva, outro questionamento feito as professoras procurou saber como elas podem ajudar a mudar a visão negativa que algumas pessoas ainda tem para com o negro. A professora 1 não respondeu a esta pergunta enquanto que para as demais foram obtidas as seguintes respostas:

“É de grande importância, pois essa mudança traz a promoção de uma sociedade que respeite as diferenças e garanta a todos os seus cidadãos as mesmas condições e oportunidades”. (Professora 2)

“São de grande valia, sendo trabalhados adequadamente. Poderão possibilitar a construção de identidade da criança, adolescentes e adultos”. (Professora 3)

“É muito importante haja vista que o negro é “peça” fundamental na construção da história e da identidade do povo brasileiro. A influência negra está em tudo que o brasileiro faz, ou em quase tudo: dança, luta, música, vestuário, alimentação (culinária) etc”.(Professora 4)

“Fazendo a interligação desses conteúdos com a prática escolar”.  
(Professora 5)

É relevante destacarmos nas respostas das educadoras o quanto conteúdos sobre a história e cultura do povo negro são necessários para que a sua identidade seja reconhecida e valorizada por todos e para isso a inclusão desses conteúdos nos currículos escolares é uma oportunidade para que todos compreendam a contribuição do povo africano para a formação da nação brasileira. Sobre esse pensamento Brasil (2014, p.19) destaca

O ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, evitando-se distorções, envolverá articulação entre passado, presente e futuro no âmbito de experiências, construções e pensamentos produzidos em diferentes circunstâncias e realidades do povo negro. É meio privilegiado para a educação das relações étnico-raciais e tem por objetivos o reconhecimento e valorização da identidade, história e cultura dos afro-brasileiros, garantia de seus direitos de cidadãos, reconhecimento e igual valorização das raízes africanas da nação brasileira [...]

De acordo com esse posicionamento Reis (2008, p. 39) também reflete que, “Conhecer a história do continente africano é buscar nossas raízes históricas e culturais, já que os africanos e seus descendentes construíram, de forma significativa e inegável, nosso país, em termos materiais e culturais”. Assim, percebemos a relevância dos conhecimentos sobre a história e a cultura do povo negro e se faz necessário que os educadores trabalhem esses conteúdos em sala de aula para que os educandos negros e não negros tenham a oportunidade de conhecer, valorizar e respeitar a história dos afrobrasileiros que é a nossa história.

Entendemos que através do conhecimento o negro pode ser valorizado e respeitado por sua história e com isso amenizar tantas formas de preconceitos que vem sofrendo no decorrer do tempo. Conhecer e reconhecer a história de um povo e compreender suas lutas e valores, conforme o Ministério da Educação (Brasil, 2006, p. 233) é

Reconhecer exige a valorização e respeito às pessoas negras, a sua descendência africana, sua cultura e história. Significa buscar compreender seus valores e lutas, ser sensível ao sofrimento causado por tantas formas de desqualificação: apelidos

depreciativos, brincadeiras, piadas de mau gosto sugerindo incapacidade, ridicularizando seus traços físicos, a textura de seus cabelos, fazendo pouco das religiões de raiz africana. Implica criar condições para que os estudantes negros não sejam rejeitados em virtude da cor da sua pele [...].

Outro item questionado as educadoras, referiu-se se a escola disponibilizava material para trabalhar os conteúdos sobre história e cultura da África e Afrobrasileira. Para essa questão, duas educadoras responderam que não e três responderam que o material encontrado é insuficiente para trabalhar essa temática.

“Em algumas já encontrei historinha trabalhando tema, na escola atual ainda não vi nada sobre o tema”.(Professora 1)

“Há pouco material disponível sobre estes conteúdos”.(Professora 2-3)

“Até onde tenho acesso ela possui alguns livros de literatura infantil que aborda a temática”. (Professora 4)

“O material disponibilizado é muito pouco, apenas algumas informações em alguns livros didáticos e algumas histórias infantis”. (Professora 5)

De acordo com as respostas das educadoras observamos que o material para se trabalhar com a temática ainda é pouco divulgado nas escolas, o que percebemos é que os materiais pedagógicos utilizados em sala de aula ainda privilegiam os valores europeus dominantes e não dão ao grupo negro a oportunidade de conhecer e valorizar sua história e cultura, tendo que aceitar a cultura que lhe é apresentada como única e melhor. Sobre esse assunto Assumpção (2006, p. 52) reflete

Normalmente os livros didáticos nos apresentam uma História elitista e conservadora, na qual a maior parte da população é excluída. Ou seja, o povo é colocado como um mero expectador, deixando os fatos e atos de heroísmo para os grandes vultos, quase sempre pertencentes á classe dominante.

Refletindo a partir das palavras dos autores e das colocações feitas pelas professoras é possível compreender que os materiais pedagógicos trabalhados em sala de aula ainda estão voltados para a cultura e valores de uma única classe, a dominante e que, é ocultado o conhecimento da história e cultura de outros grupos de forma a excluí-los. Assim, compreendemos que quando as educadoras destacam a insuficiência de materiais pedagógicos referente a temática racial é porque ainda as instituições não disponibilizam materiais suficientes para que se torne conhecida a história e cultura da África para todos os educandos negros e não negros. Sobre isso Lopes (2006, p. 29) afirma

O livro didático e outros materiais didático-pedagógicos, tendo um olhar crítico sobre os textos, as ilustrações, os contextos, os conteúdos que perpassam subliminarmente ou não, os preconceitos e estereótipos, de modo a desconstruir situações de racismo e promover a igualdade racial, devem propor uma nova visão acerca do negro e da sua importância como parte da nossa história.

É relevante que as escolas disponham de materiais pedagógicos e educadores que possam levar os educandos a terem um olhar crítico para as questões raciais e que estes possam se conscientizarem e desconstruírem situações de conflitos que envolvam manifestações preconceituosas no ambiente da sala de aula.

#### 4. CONSIDERAÇÕES

As contribuições proporcionadas pelo advento da história e da cultura africana no Brasil, podem de modo concreto definir a existência de um processo, ainda que, “doloroso” pelo qual passaram os negros ao chegarem ao país, como sendo um relevante momento na história, não só pelas conquistas vindas a seguir, mas principalmente pelas contribuições inúmeras que este povo trouxe a cultura e a economia, elementos essenciais para a sociedade brasileira.

Pode-se afirmar que este povo trouxe inúmeras influências para o Brasil tais como: na culinária, na dança, nas artes dentre outras. Uma rica cultura que é passada de geração para geração e que certamente somente vem agregar valores e crenças para o nosso país.

De tal sorte que, os caminhos percorridos pelo povo africano trouxeram grandes ensinamentos, não apenas no ambiente nacional, mas pelo mundo afora. A escravidão e o sistema colonial contribuíram para que muitas atrocidades fossem cometidas, mas não foram suficientes para exterminar a cultura de uma nação. E parece não ter sido capaz de abalar a dignidade de um povo merecedor da honra e força que carrega em seus traços.

Afirmamos que ao longo do processo histórico os africanos tiveram um papel importante na construção da identidade brasileira, fazendo germinar suas influências através de seus costumes, tradições e práticas religiosas, que contribuíram para formação de uma identidade cultural afrobrasileiro, se destacando nas características étnicas culturais diversificadas trazidas para o Brasil.

Estes apesar da aculturação sofrida procuraram preservar seus traços culturais de várias formas e continuam preservando até o tempo presente, mantendo viva a cultura africana, enriquecendo a brasileira com os importantes aspectos inseridos num povo miscigenado. Por isto devemos compreender as variadas áreas de conhecimentos, como realidade nacional.

No âmbito da educação requer a adoção de políticas educacionais e estratégias de valorização da diversidade, a fim de superar as desigualdades étnico-raciais presentes na educação escolar brasileira. O preconceito e a discriminação se

caracterizam no nosso cotidiano de forma implícita e explícita, desqualificando os Afrobrasileiros, e criando estereótipos depreciativos, que expressam muitas das vezes, um sentimento de superioridade de brancos em relação aos negros.

Neste escopo, o papel da escola é fundamental para ajudar a incluir os excluídos, e na formação de seres humanos melhores. O Ensino da educação etnicorracial é uma dívida histórica que temos com o nosso povo. E a partir da discussão da implementação e efetivação das ações afirmativas e de Políticas de Reparações, em diferentes áreas de conhecimento que os estudantes se sentirão construídores da sua própria história. Pois, a identidade vai se construindo no processo de ações. O ser humano é o que faz e sente.

Os resultados da nossa pesquisa apontaram que as docentes da Educação Infantil reconhecem e dizem ter presenciado situações de discriminação racial em sala de aula, entre as crianças, mas que nem sempre sabem como lidar ou abordar a temática de maneira sistematizada, visando o combate do preconceito racial. Pareciam que não consideravam em suas práticas docentes a relevância do tema para o processo de construção de uma autoimagem positiva das crianças negras. Tais aspectos não foram problematizada em seus processos de formação inicial e continuada.

Entendemos que o (a) professor (a) é uma peça fundamental em sala de aula, pois é ele (a) que irá mediar o processo ensino-aprendizagem e tem a responsabilidade de conduzir a turma para quebrar preconceitos, construir identidades, trabalhando durante o ano letivo temas tais como racismo, raça, para mostrar o negro como protagonista, e não apenas como escravo. Deve mostrar toda contribuição que esse segmento trouxe e traz para o país, resgatar e valorizar a cultura africana e afrobrasileira, considerando todo o contexto no qual cada escola está inserida. É preciso consciência e ousadia de professores comprometidos com uma prática pedagógica que vise formar cidadãos críticos e capazes de entender e modificar a realidade em que se encontram.

No que diz respeito ao papel da escola, entendemos esta como imprescindível para construção da identidade da criança, a qual deve estar preocupada com uma convivência baseada no respeito às diferenças, deve possibilitar situações para abordar e pensar com toda equipe escolar, propostas de trabalhos para inserir como conteúdo, a questão racial e assim trabalhá-la de maneira sistemática e contextualizada com os educandos para que tenham uma

aprendizagem significativa, na qual uma criança negra não mais necessite negar a si mesmo a sua cultura e ancestralidade, tendo que assumir uma identidade de outro grupo racial para se sentir aceita.

Reforçamos que a escola deve trabalhar de modo que as crianças brancas não se sintam superiores às negras, em detrimento do seu pertencimento racial. Desta forma, os profissionais de educação precisam também ter a consciência de que não pode haver discriminação diante das diferenças. Portanto, trabalhar a igualdade, o fim do preconceito, o respeito às diversidades culturais, raciais ou outras, é um caminho que requer dedicação, comprometimento e, acima de tudo, ter um olhar não preconceituoso, principalmente, em relação às crianças negras. Não basta falar, é preciso agir.



## REFERÊNCIAS

AMARAL, Ligia Assumpção. Sobre crocodilos e avestruzes: falando de diferenças físicas, preconceito, e sua superação. In: AQUINO, Julio Groppa. (Org.) **Diferenças e preconceito na escola**: alternativas teóricas e práticas. 5. ed. São Paulo, SP: Summus, 2010.

ARAÚJO, U. F. O déficit cognitivo e a realidade brasileira. In: AQUINO, Julio Groppa. (Org.) **Diferenças e preconceito na escola**: alternativas teóricas e práticas. 5. ed. São Paulo, SP: Summus, 2008.

ASSUMPÇÃO Luis Otávio Teles, SAMPAIO Tânia Mara Vieira, CAETANO Juliana Naves Neves, CAETANO JÚNIOR Marco Antônio e SILVA Junior Vagner Pereira. Temas e questões fundamentais na Sociologia do esporte”. Brasília. Revista Brasileira de Ciência e Movimento.v. 18 n. 2 p. 92-99.2006.Disponível em:<<http://portalrevistas.ucb.br/index.php/RBCM/article/view/1154/1680>>. Acesso em: 17/12/12. 2010.“

BOURDIEU, P; PASSERON, J. C. **A reprodução**. Elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

BRASIL. **Constituição: República Federativa do Brasil**. Brasília (DF): SenadoFederal, Centro Gráfico, 1988.

\_\_\_\_\_. **LEI Nº 9.394 de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira**. Brasília: Ministério da Educação. 1996.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília:DF, Outubro, 2004.

\_\_\_\_\_. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana**. Brasília, DF: MEC, 2006.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 10.639** de 9 de janeiro de 2003. Brasília, 2003.

\_\_\_\_\_. **Observatório da População Negra**. 2005. Disponível em: <<http://www.sae.gov.br/site/?p=11130>>. Acesso em: 17 abril 2016.

\_\_\_\_\_. **Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais**. Ministério da Educação e Cultura/ Secretaria da educação Continuada, Alfabetização e Diversidade Brasília: EC/SECAD, 2014.

\_\_\_\_\_. **Marcos Legais da Educação Nacional**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2009.

CAVALLEIRO, E. **Do Silêncio do Lar ao Silêncio Escolar**: Racismo, Preconceito e Discriminação na educação infantil. – São Paulo: Contexto, 2005

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar**: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

CAVALLEIRO, Eliane. Educação Anti-Racista: Compromisso indispensável para um mundo melhor. In: CAVALLEIRO, Eliane (Org.). **Racismo e AntiRacismo na Educação**: Repensando nossa escola. São Paulo: Selo Negro, 2008.

CUNHA JÚNIOR, Henrique: Pesquisas educacionais em temas de interesse dos afrodescendentes. In: LIMA, I. C. (org.): **Os negros e a escola brasileira**. nº 6, Florianópolis: NEN, 2012.

DIAS, Regina Salles. **As desigualdades raciais e a saúde de mulheres negras, em Congonhas**. 2012. 72 f. Monografia (Especialização em Gestão de Políticas Públicas) – Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2012. Disponível em: <<http://www.amde.ufop.br/tccs/Lafaiete/Lafaiete%20-%20Regina%20Salles.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

ERIKSON, E. H. **Identidade, juventude e crise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

FERREIRA, Ricardo Franklin. **Afro-descendente**: identidade em construção. São Paulo: EDUC; Rio de Janeiro: Pallas, 2000.

GOMES, Nilma Lino. **A Questão Racial na Escola: Desafios Colocados pela Implementação da Lei 10.639/2003**. In: MOREIRA, Antônio Flávio; CANDAU, Vera Maria. **Multiculturalismo** – diferenças culturais e práticas pedagógicas. Petrópolis/RJ, Vozes, p. 67-89, 2006.

GONÇALVES, L.A. **O Silêncio: Um Ritual Pedagógico a Favor da Discriminação - um estudo acerca da discriminação racial como fator de seletividade na escola pública de primeiro grau: 1º a 4º série**. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

GOODSON, I. F. **As políticas de currículo e de escolarização**: abordagens históricas. Trad. Vera Joscelyne. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008

LEAKEY, Richard E. **Origens**. 4.ed. São Paulo: Melhoramentos, 2008.

LOPES, Vera Neusa. Racismo, Preconceito e Discriminação. In: MUNANGA, Kabengele (org.). **Superando o racismo na escola**. 2. Ed. Brasília – DF. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006,

LÓPEZ, L.C. **“Que América Latina se sincere”**: uma análise antropológica das políticas e poéticas do ativismo negro em face às ações afirmativas e às reparações no Cone Sul. 2007. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2007.

LUFT, Lya. **A educação possível**. Veja. Ano 40. Nº 20, edição 2009. São Paulo: Abril, Maio/2009, p.22

MACEDO, Roberto Sidnei. **Currículo: campo, conceito e pesquisa**. 2ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MOREIRA, A. F. B. **Diversidade cultural e educação escolar: perspectiva comunicativo-dialógica para o trabalho pedagógico**. Universidade Federal de São Carlos – Educação São Carlos, 2010.

\_\_\_\_\_. B. A crise da teoria curricular crítica. In: COSTA, Marisa Vorraber (org.). **O currículo nos limiares do contemporâneo**. Rio de Janeiro: DP&A, 2007.

POPKEWITZ, T. S. *Reforma educacional: uma política sociológica*. Poder e conhecimento em educação. Trad. Beatriz Affonso Neves. Porto Alegre: Artes Médicas, 2004.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação – PENESB –RJ, 2013.

NOGUEIRA, Oracy. **Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil**. Novembro, 2005.

OLIVA, Anderson Ribeiro. A História Africana nas Escolas: entre abordagens e perspectivas. In: **Educação Africanidades Brasil**. Brasília: MEC- SECAD/UnB-CEAD, 2003, p. 88.

PEREIRA, Edimilson de Almeida. **Malungos na escola: questões sobre culturas afrodescendentes e educação**. São Paulo, 2007.

PINTO, Regina Pahim. **A Representação do Negro nos Livros Didáticos de Leitura**. In: Cadernos de Pesquisa, nº 63. São Paulo: 2006.

RIBEIRO, Matilde. Mulheres negras: uma trajetória de criatividade, determinação e organização. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, vol.16, n.3, set./dez. 2005, p.987-1004. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2008000300017](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2008000300017)>. Acesso em: 11.01.2016.

ROCHA, E. P. Guimarães. **Magia e capitalismo: um estudo antropológico da publicidade**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006

ROSEMBERG, F. **Relações Raciais e Rendimento Escolar**. Cadernos de Pesquisa nº 63. São Paulo: 2008.

SANTOS, Jocéli Domanski Gomes dos. **A lei 10.639/03 e a importância de sua implementação na educação básica**. 2005. <<http://www.nre.seed.pr.gov.br/uniaodavitoria/arquivos/File/Equipe/Disciplinas/Biolog>

ia/A\_LEI\_10639\_03\_E\_A\_IMPORTANCIA\_DE\_SUA\_IMPLMENTACAO.pdf>.  
Acesso 7 março 2016

SANTOS, Hélio. Uma teoria para a questão racial do negro brasileiro (a trilha do círculo vicioso). **Revista São Paulo em Perspectiva**, v. 8, n. 3, p. 56-65, jul./set, 2009

SANTOS, M.A.O. **A persistência política dos movimentos negros brasileiros:** processo de mobilização à 3ª Conferência Mundial das Nações Unidas Contra o Racismo. 2000. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2000.

SAVIANI, Demerval. **Escola e Democracia**. 32ª ed. São Paulo. Cortez, Autores Associados, 2006.

SILVA, Jonatas C. da: História de lutas negras: memórias do surgimento do Movimento Negro na Bahia. In: REIS, João José (org.): **Escravidão e invenção da liberdade:** estudos sobre o negro no Brasil. São Paulo: Brasiliense; Brasília: CNPq, 2010.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença:** a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

SILVA, A. C. **A discriminação do negro no livro didático**. Salvador: CED, 2008.

SOUZA, Andréia Lisboa de. Personagens negros na literatura infanto-juvenil: rompendo estereótipos. **Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola**. São Paulo: Selo Negro, 2013. p. 195-213.

SOUZA, Ana Lúcia Silva; MOTA, Carla Ferreira. **Igualdade das Relações Étnico-Raciais na Escola: Possibilidades e Desafios para a Implementação da Lei 10.639/2003**. Peirópolis: Ação Educativa, Ceafro e Ceert, 2003.

VIGOTSKY, Lev Semenovich - FONTES, Martins 1896-1934. A Formação Social da Mente: o Desenvolvimento dos Processos Psicológicos Superiores. Ed.6. São Paulo. LTDA, 1998

## APÉNDICE



Universidade Federal  
de Campina Grande

Centro de Formação de Professores  
Unidade Acadêmica de Educação  
Campus de Cajazeiras - PB



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO

ORIENTANDA: JOSEFA JUSSARA ASSIS FERNANDES

ORIENTADORA: RISOMAR DOS SANTOS

## QUESTIONÁRIO

1. Qual cor você se identifica?
2. Você já presenciou alguma atitude preconceituosa na escola com crianças negras?
3. Em suas aulas você trabalha as questões etnicoraciais?
4. Quais fatores contribuem para a existência de atitudes preconceituosas no ambiente escolar?
5. Qual metodologia você usa para trabalhar o respeito e aceitação do negro na sociedade?
6. De que forma a escola tem ajudado na construção da identidade negra na infância?
7. Para você a cor de pele interfere no aprendizado da criança? De que forma?
8. A escola disponibiliza de materiais para trabalhar os conteúdos sobre a história da cultura da África e Afrobrasileira?